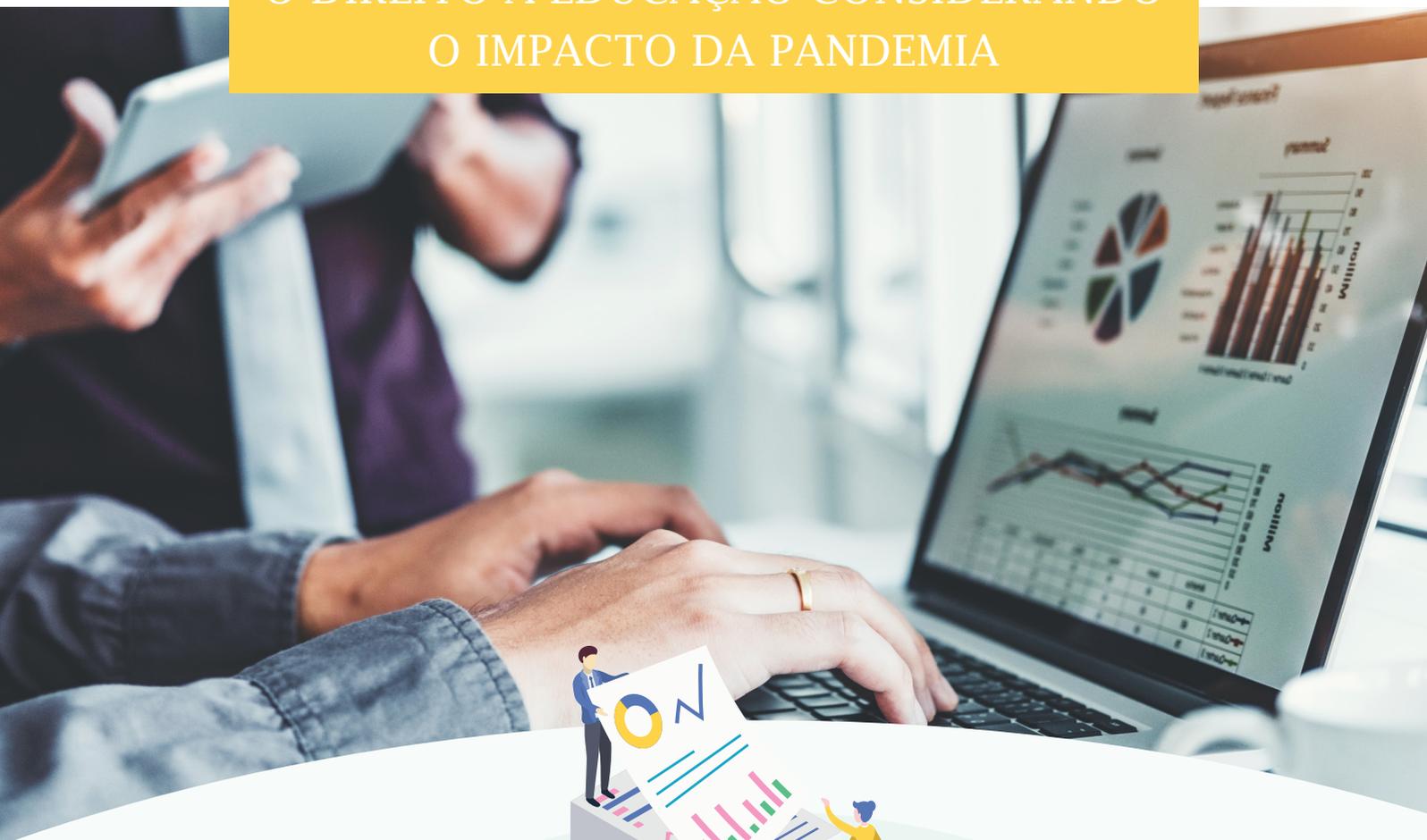


RELATÓRIO DE AÇÃO FISCALIZATÓRIA

AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA ASSEGURAR
O DIREITO À EDUCAÇÃO CONSIDERANDO
O IMPACTO DA PANDEMIA



Coordenadoria de Auditoria dos Municípios

2021

RELATÓRIO DE AÇÃO FISCALIZATÓRIA

AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA ASSEGURAR
O DIREITO À EDUCAÇÃO CONSIDERANDO
O IMPACTO DA PANDEMIA

*Coordenadoria de
Auditoria dos Municípios*





Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Presidente

Conselheiro Mauri José Torres Duarte

Vice-Presidente

Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Corregedor

Conselheiro Durval Ângelo Andrade

Conselheiros

Wanderley Geraldo de Ávila (Ouvidor)

Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Cláudio Couto Terrão

José Alves Viana

Conselheiros Substitutos

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

Adonias Fernandes Monteiro

Telmo de Moura Passareli

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procuradora-Geral

Elke Andrade Soares de Moura

Subprocurador-Geral

Cristina Andrade Melo

Procuradores

Maria Cecília Mendes Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Daniel de Carvalho Guimarães

Expediente

ELABORAÇÃO

Superintendência de Controle Externo

Simone Reis de Oliveira | Superintendente

Diretoria de Controle Externo

dos Municípios

Heliane da Costa Ravaiane Brum | Diretora

Coordenadoria de Auditoria

dos Municípios

Thiago Henrique da Silva | Coordenador

Equipe de Auditoria

Manoel Madeira de Carvalho - TC 1052-6

Paulo Roberto Ferrão - TC 1778-4

Geraldo Magela de Freitas - TC 1153-1

Felipe Souza Nascimento - TC 3281-3

Jefferson Mendes Ramos - TC 1658-3

Colaborador

Davson Machado Godinho – Analista

Administrativo Pleno

REALIZAÇÃO

Diretoria de Comunicação

Luiz Cláudio Diniz Mendes | Diretor

Coordenadoria de Publicidade

e Marketing

André Augusto Costa Zocrato | Coordenador

Bruna Gontijo Pellegrino

Lívia Maria Barbosa Salgado

Thaís Godinho Prado

Vivian de Paula

Diagramação e Projeto Gráfico

André Luiz de Oliveira Junior

Giovana Fernandes Almeida





RELATÓRIO DE REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES

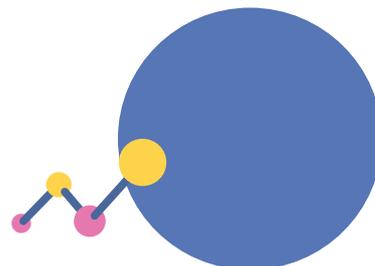
Ato originário: Plano Anual de Fiscalização/DCEM.

Objeto da Fiscalização: Ações implementadas para assegurar o direito à educação, considerando o impacto da pandemia.

Atos de designação: Portaria DCEM n.003, de 19/04/2021.

Período abrangido pela fiscalização: Exercícios de 2020 e 2021.

Órgãos Fiscalizados: Relação constante do Anexo 1.





RESUMO

A presente fiscalização, do tipo Requisição de Informações, teve como objetivo verificar as ações de enfrentamento da pandemia e seu impacto na área da educação, visando subsidiar ações deste Tribunal.

Para a realização deste trabalho foram observados, no que coube, os procedimentos, métodos e técnicas previstos no Manual de Auditoria deste Tribunal, aprovado pela Resolução n. 02/2013, tendo sido utilizado o Memorando de Planejamento.

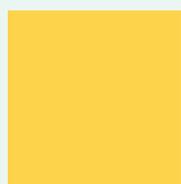


A partir do objetivo definido foi elaborado um questionário eletrônico, encaminhado a 852 (oitocentos e cinquenta e dois) municípios mineiros, no qual foram formuladas questões que abrangeram as seguintes dimensões:

- a) Planejamento e Normatização para Reorganização dos Ambientes de Aprendizagem;
- b) Práticas Pedagógicas Durante o Período de Suspensão das Aulas Presenciais;
- c) Avaliação, Comprovação e Validação das Atividades;
- d) Atuação e Formação dos Professores;
- e) Retorno às Atividades Presenciais;
- f) Merenda Escolar;
- g) Monitoramento e Controle;
- h) Busca Ativa, Evasão e Abandono.

Registre-se que a dimensão referenciada na letra “h” foi inserida no Questionário de Requisição de Informações com objetivo de atender ao projeto “Permanência Escolar na Pandemia”, executado pelo instituto “Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional – IEDE”, em parceria com o Instituto Rui Barbosa, ao qual este Tribunal aderiu, com a disponibilização de pessoal e estrutura para coleta de informações junto aos municípios do Estado de Minas Gerais.

A proposta de benefício, decorrente da fiscalização, tem a natureza qualitativa, com o tipo incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de órgão ou entidade da administração pública e de política ou programa de governo, haja vista que foram observadas boas práticas e falhas na gestão da prestação de serviços educacionais pelos municípios, que poderão ser objeto de fiscalizações por parte deste Tribunal.



SUMÁRIO



1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Deliberação que originou a fiscalização.....	12
1.2	Visão geral do objeto	12
1.3	Objetivo da fiscalização.....	13
1.4	Metodologia utilizada	13
1.5	Benefícios estimados da fiscalização.....	14
2	DIMENSÕES ANALISADAS.....	15
2.1	Considerações iniciais.....	15
2.2	Planejamento e Normatização para Reorganização dos Ambientes de Aprendizagem.....	16
2.3	Práticas Pedagógicas Durante o Período de Suspensão das Aulas Presenciais.....	20
2.4	Avaliação, Comprovação e Validação das Atividades.....	33
2.5	Atuação e Formação dos Professores.....	34
2.6	Retorno às Atividades Presenciais.....	37
2.7	Merenda Escolar.....	38
2.8	Monitoramento e Controle.....	44
3	CONCLUSÃO.....	49
4	PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO.....	58
5	APÊNDICE.....	58

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Deliberação que originou a fiscalização

Em cumprimento às disposições estabelecidas na Portaria DCEM n. 003, de 19/04/2021, foi determinada a realização, de forma remota, de fiscalização do tipo “Requisição de Informações”, em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização - PAF, aprovado pela Presidência desta Corte de Contas para o exercício de 2021 por meio da Portaria n. 090, de 18/12/2020.

1.2 - Visão geral do objeto



O objeto da presente fiscalização foi a obtenção de informações junto aos municípios sob a jurisdição desta Casa, relativas às ações implementadas para assegurar o direito à educação nos exercícios de 2020 e 2021, considerando o impacto da epidemia do Covid-19.

Cabe contextualizar que, durante a Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Brasil em 2012 e conhecida como Rio+20, acordou-se que um conjunto de metas universais seria desenvolvido com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável, as quais teriam como base os avanços dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cujo prazo foi o final do ano de 2015.

Posteriormente, os 193 (cento e noventa e três) países-membros da ONU adotaram oficialmente nova agenda de desenvolvimento sustentável, intitulada “*Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável realizada na sede daquela Entidade, em Nova York, em setembro de 2015.

A Agenda 2030 contém um conjunto de 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSs e 169 (cento e sessenta e nove) metas para colocar o mundo em um caminho mais sustentável em um prazo de 15 (quinze) anos.

Os ODSs trazem visões de um futuro melhor, mais justo e inclusivo para todos. Promover a Agenda 2030 e os ODSs implica alcançar o desenvolvimento sustentável por meio de ações relevantes para a população local, de acordo com as suas necessidades e aspirações.

Por sua vez, uma das macrotendências de Controle Externo identificadas na III Pesquisa de Macrotendências de Controle Externo 2020, realizada por este Tribunal, é “*atuar com foco na promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável*”.

Segundo a pesquisa “*o Tribunal de Contas deve atuar para promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável, contribuindo para a eficiência, eficácia e efetividade das políticas, pro-*

gramas, projetos e ações públicos [...]”.

Assinala que para o controle externo poder contribuir para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável deve, dentre outras ações, “*avaliar e fomentar o alinhamento dos instrumentos de planejamento e das políticas públicas estaduais e municipais aos ODS*” e “*acompanhar o cumprimento das metas e dos indicadores*”.

Com base na citada pesquisa, no PAF deste Tribunal, aprovado para o exercício de 2021, foi prevista a realização da presente fiscalização (Requisição de Informações), a qual tem como eixo de atuação a “*ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*”.

Em paralelo foi aprovado, em 25/06/2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), que determinou 20 (vinte) metas a serem alcançadas ao longo de 10 (dez) anos. Essas metas englobam desde a educação infantil até a pós-graduação dos profissionais do magistério.

Em 20/03/2020 foi decretado estado de calamidade pública pelo Poder Legislativo Federal, por meio do Decreto Legislativo n. 06.

A doença infecciosa COVID-19, razão do estado de calamidade pública, atingiu e parou o mundo inteiro. As consequências mais impactantes foram os números de óbitos alcançados em diversos países devido ao alto grau de transmissibilidade e relevante taxa de letalidade do vírus Sars-CoV-2, mais conhecido como Coronavírus.

A partir de março de 2020 foi constatado o fechamento físico de praticamente todas as escolas no Brasil, quando as aulas presenciais ficaram impossibilitadas. Devido ao pouco conhecimento que se tinha sobre o vírus era impossível prever quanto tempo duraria a pandemia ou quando seria possível voltar “ao normal”.

Nesse contexto de inúmeras metas previstas pelos Órgãos competentes e a trágica e persistente pandemia da COVID-19, constatou-se a necessidade premente de um diagnóstico sobre as ações implementadas pelos administradores municipais da área da educação para mitigar os prejuízos à aprendizagem dos estudantes.

1.3 - Objetivo da fiscalização

O objetivo dos trabalhos consistiu na verificação das ações de enfrentamento da pandemia do Covid-19 e seu impacto na área da educação, com vistas a subsidiar futuras ações de fiscalizações.

1.4 - Metodologia utilizada

No desenvolvimento dos trabalhos, realizados a distância, foram observados, no que foi aplicável, os procedimentos, métodos e técnicas previstas no Manual de Auditoria deste Tribunal, aprovado pela Resolução n. 02/2013, tendo sido utilizado o Memorando de Planejamento, com o fim de nortear a obtenção das informações necessárias para atendimento ao objetivo da fiscalização.



A partir do objetivo definido foi elaborado um questionário eletrônico, encaminhado a 852 (oitocentos e cinquenta e dois) municípios mineiros, no qual foram formuladas questões que abrangeram as seguintes dimensões:

- a) Planejamento e Normatização para Reorganização dos Ambientes de Aprendizagem;
- b) Práticas Pedagógicas Durante o Período de Suspensão das Aulas Presenciais;
- c) Avaliação, Comprovação e Validação das Atividades;
- d) Atuação e Formação dos Professores;
- e) Retorno às Atividades Presenciais;
- f) Merenda Escolar;
- g) Monitoramento e Controle;
- h) Busca Ativa, Evasão e Abandono.

Registre-se que a dimensão referenciada na letra “h” foi inserida no Questionário de Requisição de Informações com objetivo de atender ao projeto “Permanência Escolar na Pandemia”, executado pelo instituto “Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional – IEDE”, em parceria com o Instituto Rui Barbosa, ao qual este Tribunal aderiu, com a disponibilização de pessoal e estrutura para coleta de informações junto aos municípios do Estado de Minas Gerais.

Ressalte-se que o Município de Belo Horizonte não está sob a jurisdição desta Coordenadoria, razão pela qual o questionário eletrônico não foi a ele enviado. Portanto, os dados dele não fazem parte dos resultados desta fiscalização.

Para o envio e recebimento do questionário eletrônico, bem como para a tabulação dos dados recebidos, foi utilizada a ferramenta do *LimeSurvey*, que é um software livre para aplicação de questionários *online* escrito em PHP, que possibilita a utilização de bancos de dados MySQL, PostgreSQL ou Microsoft SQL Server para persistência de dados. Essa ferramenta permite a publicação e coleta de respostas dos questionários.

1.5 - Benefícios estimados da fiscalização

A proposta de benefício, decorrente da fiscalização, tem a natureza qualitativa, com o tipo incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de órgão ou entidade da administração pública e de política ou programa de governo, haja vista que foram observadas boas práticas e falhas na gestão da prestação de serviços educacionais pelos municípios, que poderão ser objeto de fiscalizações por parte deste Tribunal.

2 - DIMENSÕES ANALISADAS

2.1 - Considerações iniciais

Para operacionalizar as ações de fiscalização (Requisições de Informações) os questionários eletrônicos foram enviados no dia 26/05/2021 para 852 (oitocentos e cinquenta e dois) municípios. No dia seguinte, esses mesmos questionários foram reenviados, em pdf, para facilitar a leitura por parte dos responsáveis pelos entes, antes do preenchimento.

Dessa forma, os municípios tiveram como prazo limite de envio dos questionários respondidos a data de 11/06/2021, considerando o prazo de 15 (quinze) dias corridos da data de recebimento dos questionários, 27/05/2021.

Até a data limite 567 (quinhentos e sessenta e sete) municípios responderam ao questionário eletrônico, quando foi prorrogado o prazo para os municípios inadimplentes, em 15 (quinze) dias corridos, por meio dos Comunicados de Fiscalização enviados a eles no dia 14/06/2021.



Após os dois prazos citados acima, constatou-se que 753 (setecentos e cinquenta e três) municípios responderam ao questionário eletrônico, relação constante do Anexo 1 (referenciado no apêndice deste relatório) o que correspondeu a um percentual de 88% do total de municípios abrangidos pela fiscalização.

Por outro lado, registre-se que 99 (noventa e nove) municípios não atenderam aos comunicados de fiscalização enviados e permaneceram inertes quanto às respostas aos questionários a eles enviados. Estes municípios estão elencados no Anexo 2 (referenciado no apêndice deste relatório).

O questionário eletrônico contém 8 (oito) “dimensões” que foram estruturadas de acordo com os seguintes atos normativos federais e estaduais (dimensão 8 – letra “h” - inserida para atender a projeto do IEDE/IRB):

- A Medida Provisória n. 934, de 01/04/2020, convertida na Lei Federal n. 14.040, de 08/08/2020, estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20/03/2020;
- O parágrafo único do art. 1º da Lei Federal n. 14.040/2020 prevê que o Conselho Nacional de Educação (CNE) editaria diretrizes nacionais com vistas à implementação do disposto naquela Lei;
- Dessa forma, o CNE editou as seguintes normas:
- Parecer CNE/CP n. 5, de 28/04/2020, que tratou da “reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da

carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19”;

- Parecer CNE/CP n. 9, de 08/06/2020, que retomou essa temática, com o reexame do Parecer CNE/CP n. 5/2020;

- Parecer CNE/CP n. 11, de 07/07/2020, que definiu “Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e não Presenciais no Contexto da Pandemia”;

- Parecer CNE/CP n. 19, de 08/12/2020, que reexamina o Parecer CNE/CP n. 15, de 06/10/2020, e definiu as “Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei Federal n. 14.040/2020”

No âmbito do Estado de Minas Gerais o Conselho Estadual de Educação (CEE) editou as seguintes normas:

- Resolução CEE n. 474, de 08/05/2020, que “dispõe sobre a reorganização das atividades escolares do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, devido à pandemia COVID-19”;

e

- Resolução CEE n. 478, de 01/02/2021, que “dispõe sobre a reorganização das atividades escolares do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, devido à pandemia COVID-19” e revogou a Resolução n. 474/2020.

Ao consolidar as respostas dadas pelos 753 (setecentos e cinquenta e três) jurisdicionados, que responderam aos questionários eletrônicos a eles disponibilizados, tendo como referência as dimensões propostas foram apuradas o seguinte:

2.2 - Dimensão: Planejamento e Normatização para Reorganização dos Ambientes de Aprendizagem

2.2.1 - Quanto ao novo planejamento e reorganização do calendário escolar

Um novo planejamento do ensino e a reorganização do calendário escolar estão previstos nos pareceres do CNE. O *caput* e o § 3º do art. 4º e o *caput* do art. 5º do Parecer CNE n. 19/2020 estabelecem:

Art. 4º Para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Básica, e observando-se que a legislação educacional (LDB, art. 23) e a BNCC admitem diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia pode ser efetivada no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um continuum curricular de 2 (duas) séries ou anos escolares contínuos, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

§ 3º A reorganização das atividades educacionais, quando houver, deve minimizar os impactos das medidas de isolamento na aprendizagem dos estudantes, considerando o longo período de suspensão das atividades educacionais presenciais nos ambientes escolares.

Art. 5º A normatização da reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública de todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, especialmente em seus arts. 22 a 28, 31, 34, 36, 36-D e 39, é de competência de cada sistema de ensino.

Na legislação do CEE também estão previstos a reorganização do calendário escolar e o planejamento das atividades pedagógicas não presenciais (*caputs* dos art. 6º e 19 da Resolução CEE n. 478/2021, já previstos na Resolução CEE n. 474, de 08/05/2020):

Art. 6º - A reorganização dos calendários escolares, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, deve ser realizada de forma a preservar o padrão de qualidade previsto no inciso IX do artigo 3º da Lei 9.394/96 e inciso VII do art. 206 da Constituição Federal.

Art. 19 - O cômputo da carga horária de realização de atividades pedagógicas não presenciais, para fins de cumprimento de carga horária mínima exigida por lei, poderá ser autorizado, desde que cumpridas as normas constantes nesta Resolução, e mediante a divulgação do planejamento das atividades pedagógicas não presenciais, pela instituição ou rede de ensino. Esse planejamento deverá indicar:

Diante de tais normas regulamentares as respostas aos formulários evidenciaram o seguinte:



- 708 (setecentos e oito) municípios (94,0%) responderam que foi estabelecido um planejamento para implementar as ações de enfrentamento da pandemia na área de educação, nos termos previstos nos pareceres do CNE. Deste total, 192 (cento e noventa e dois) municípios (27,1%) não informaram por qual ato normativo municipal este planejamento foi implementado;
- 711 (setecentos e onze) municípios (94,4%) responderam que foi implementada uma reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública de todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e nos termos previstos pelos mesmos pareceres. Deste total, 341 (trezentos e quarenta e um) municípios (45,3%) não informaram por qual ato normativo municipal esta reorganização do calendário escolar foi implementada;
- Ao considerar apenas os municípios que informaram os respectivos atos normativos (708 - 192 = 516), 68,5% deles (353) estabeleceram um novo planejamento para as atividades pedagógicas não presenciais, enquanto que 49,1% (370) implementaram uma reorganização dos calendários escolares (711 - 341 = 370);



- Foi relevante a constatação de que, entre os municípios que responderam ao questionário, 45 (quarenta e cinco) não tenham estabelecido nenhum planejamento para implementar as ações de enfrentamento da pandemia na área de educação (753 - 708) e 42 (quarenta e dois) não tenham normatizado a reorganização do calendário escolar dos anos letivos

afetados pelo estado de calamidade pública (753 - 711), dentre os quais 20 (vinte) não tenham adotado quaisquer um dos dois procedimentos;

- 749 (setecentos e quarenta e nove) municípios (99,5%) informaram que contabilizaram as atividades que os estudantes realizavam em casa na carga horária anual;
- Para o cumprimento da carga horária mínima anual prevista, 568 (quinhentos e sessenta e oito) municípios - 75,4% - consideraram computar a carga horária de atividades pedagógicas não presenciais, enquanto que 270 (duzentos e setenta) - 35,9% - consideraram computar tal carga horária de modo concomitante com o período das aulas, quando do retorno às atividades presenciais. Apurou-se, ainda, que 06 (seis) municípios - 0,8% - consideraram a reposição da carga horária de modo presencial ao final do período de emergência. (Nessa questão era possível mais de uma opção de resposta pelos municípios).

2.2.2 - Quanto à situação do corpo discente



Questionados sobre o número de estudantes das redes municipais, cabe destacar, inicialmente, que as respostas apuradas evidenciaram números e percentuais expressivos de municípios que não souberam informar se disponibilizavam níveis escolares de ensino, ou mesmo que não os ofertava, conforme tabela resumida a seguir:

Etapa	Não sabe informar		Não oferta	
	Nº	%	Nº	%
Creche	27	3,6	74	9,8
Pré-Escolar	13	1,7	1	0,01
Ens. Fund. (A. I.)	14	1,9	3	0,01
Ens. Fund. (A. F.)	130	17,3	224	29,7
Ens. Especial	137	18,2	225	29,9
EJA	170	22,6	317	42,1

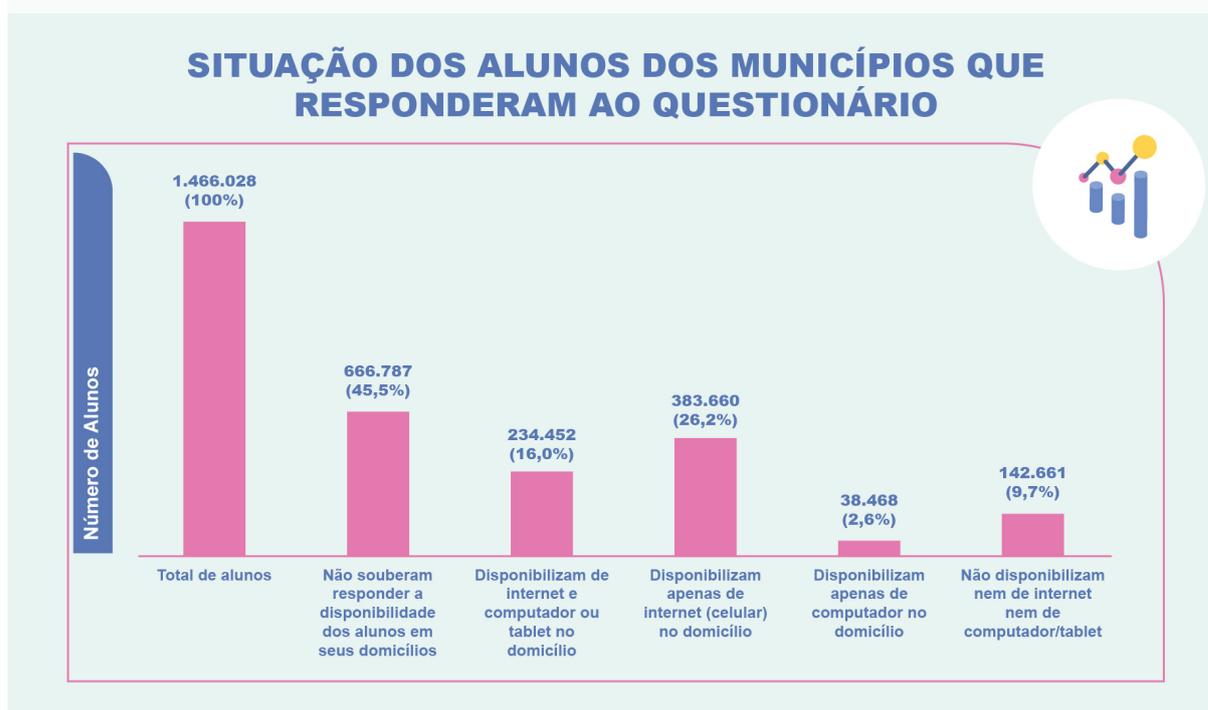
Diante da tabela retro, observou-se que:

- 3,6% dos municípios que responderam ao questionário (total de 753) não souberam informar se disponibilizavam o nível escolar de Creche, 1,7% o Pré-escolar, 1,9% o Ensino Fundamental dos anos iniciais, 17,3% o Ensino Fundamental dos anos finais, 18,2% o Ensino Especial e 22,6% a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Destaque-se que os números referentes às etapas que não são oferecidas pelas redes municipais possivelmente decorrem do fato de que elas são atendidas pela rede estadual de ensino;
- Quanto aos Ensinos Indígena e Quilombola, apenas 6 (seis) municípios - 0,8% - responderam que ofertavam o primeiro, enquanto que 53 (cinquenta e três) - 7% - ofertavam o segundo.

Do mesmo modo, foram relevantes os números e percentuais de municípios que não souberam responder questões relativas a disponibilidades de internet e equipamentos de informática nos domicílios dos discentes, tendo sido apurado o seguinte:

Número e porcentagem dos municípios que não souberam responder a disponibilidade dos alunos em seus domicílios				
Etapa	Possuem: Internet + comp.	Possuem apenas:Internet (celular)	Possuem apenas computador	Não possuem: Nem internet, nem comp.
Creche	355 (47%)	302 (40%)	398 (53%)	320 (42%)
Pré-Escolar	369 (49%)	310 (41%)	430 (57%)	324 (43%)
Ens. Fund. (A. I.)	368 (49%)	310 (41%)	429 (57%)	316 (42%)
Ens. Fund. (A. F.)	364 (48%)	335 (44%)	390 (52%)	334 (44%)
Ens. Especial	364 (48%)	325 (43%)	373 (50%)	356 (47%)
EJA	329 (44%)	319 (42%)	343 (46%)	319 (46%)

Quanto aos municípios que souberam responder às referidas questões o resultado foi demonstrado da seguinte forma:



Diante de tais informações foi razoável concluir que:

- Em média, 50% dos municípios não tinham informações necessárias para implementar políticas educacionais que possibilitassem o acesso dos alunos ao ensino remoto pela internet ou por meios digitais, como videoaulas, portal educacional, Youtube, WhatsApp etc.;

- Quanto aos municípios que tinham informações:
 - 16% dos alunos tinham acesso à internet, computadores ou tablets em seus domicílios;
 - 26,2% tinham acesso à internet apenas por meio de celular;
 - 2,6% tinham acesso apenas a computador;
 - 9,7% não tinham acesso à internet, computador ou tablet.

2.3 - Dimensão: Práticas Pedagógicas Durante o Período de Suspensão das Aulas Presenciais

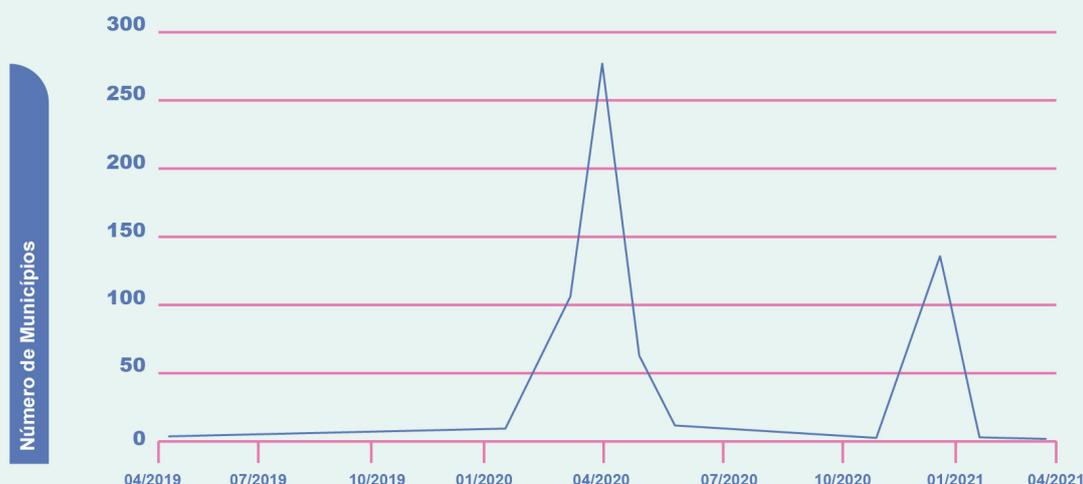
Diante das respostas dadas nas Requisições de Informações, constatou-se que:

2.3.1 - Quanto aos orçamentos e estratégia

- Tendo como referência o exercício de 2020, 498 (quatrocentos e noventa e oito) dos municípios (66,1%) informaram que os recursos foram preservados e 244 (duzentos e quarenta e quatro) - 32,4% - que não houve alteração do orçamento. Os outros 11 (onze) - 1,5% - responderam que parte dos recursos foi dirigida para outras áreas, mas dentro do próprio ensino, tais como aquisição de kit alimentação, reformas e manutenção das escolas e compra de material didático;
- Quanto ao o exercício de 2021 as respostas indicaram que os recursos também foram preservados por 513 (quinhentos e treze) municípios - 68,1% - e não houve alteração do orçamento em 229 (duzentos e vinte e nove) - 30,4% -, enquanto que 11 (onze) - 1,5% - também responderam que parte dos recursos foi dirigida para os outros objetos citados acima;
- 13 (treze) municípios (1,7%) não implementaram nenhuma estratégia para oferecer aulas ou conteúdos pedagógicos para os estudantes no período da pandemia;
- Dos 740 (setecentos e quarenta) municípios que informaram que possuíam estratégias, 501 (quinhentos e um) - 66,5% - as iniciaram no primeiro semestre de 2020, 13 (treze) - 1,7% - no segundo semestre de 2020, 224 (duzentos e vinte e quatro) - 29,7% - no primeiro semestre de 2021, e 2 (dois) - 0,26% - responderam que as iniciaram em 2019.

Pelo gráfico a seguir, constatou-se que ocorreram dois picos de início de estratégia para oferecer aulas ou conteúdos pedagógicos para os estudantes no período da pandemia, quais sejam, nos meses de abril e maio de 2020, quando 391 (trezentos e noventa e um) municípios informaram que iniciaram as suas estratégias e nos meses de fevereiro e março de 2021, quando 210 (duzentos e dez) iniciaram as suas.

ANÁLISE DO INÍCIO DA ADOÇÃO DA ESTRATÉGIA PELOS MUNICÍPIOS



- Outro ponto de atenção nessa questão são os 13 (treze) municípios assumirem que não implementaram nenhuma estratégia para oferecer aulas ou conteúdos pedagógicos para os estudantes no período da pandemia;
- A maioria absoluta dos municípios, 707 (setecentos e sete) - 94% - implementaram as três intervenções pedagógicas no período da pandemia, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que foi implementada por todos eles (707), o Planejamento Político Pedagógico – PPP, que foi implementado por 641 (seiscentos e quarenta e um) - 85% - e o Currículo de Referência, por 626 (seiscentos e vinte e seis) - 83% .

2.3.2 - Quanto às práticas pedagógicas utilizadas no ensino remoto

As atividades pedagógicas não presenciais foram previstas no § 3º do art. 14 do Parecer CNE n. 19/2020:

§ 3º As atividades pedagógicas não presenciais podem ocorrer, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada mídia:

I - por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros);

II - por meio de programas de televisão ou rádio;

III - pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos estudantes e seus pais ou responsáveis; e

IV - pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos.

No que tange a tais atividades as respostas às Requisições de Informações evidenciaram que:

2.3.2.1 - Quanto à Educação Infantil (Creche e Pré-Escolar), Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Especial

2.3.2.1.1 - Oferta de meios digitais - Número de alunos alcançados

A relação de oferta a meios digitais aos alunos das etapas da Educação Infantil (Creche e Pré-Escolar), Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Especial, com o número de alunos atendidos, foi apurada com os seguintes quantitativos e percentuais:

Municípios que ofertam meios digitais, número de alunos e número de alunos alcançados				
Etapa	Nº e % que ofertam	Nº de alunos	Nº de alunos alcançados ¹	% de alunos alcançados
Creche	595 (79%)	180.683	137.178	76%
Pré-Escolar	724 (96%)	311.753	219.551	70%
Ens. Fundamental (anos iniciais)	717 (95%)	655.112	434.758	66%
Ens. Fundamental (anos finais)	431 (57%)	256.961	184.728	72%
Ensino Especial	492 (65%)	26.282	19.544	74%

- O quadro retro indicou que os municípios estavam oferecendo ensino remoto por meios digitais que alcançavam cerca de 66% a 76% dos alunos das redes municipais de ensino;
- Por consequência, é importante concluir que havia um grande número de alunos, em todas as etapas em referência, que não tinham acesso ao ensino remoto por mídias digitais, em especial os seguintes:
 - 92.202 (30%) alunos do Pré-Escolar;
 - 220.354 (34%) alunos do Ensino Fundamental - anos iniciais;
 - 72.233 (28%) alunos do Ensino Fundamental - anos finais.

2.3.2.1.2 - Ferramentas utilizadas

Na forma das respostas dadas, para o ensino remoto oferecido nas etapas do Ensino Infantil (Creche e Pré-Escolar), do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Especial, foi registrada a utilização das seguintes ferramentas (meios digitais):

¹ Número exato dos alunos alcançados dos municípios que souberam dar essa informação.

Dos Municípios que utilizaram meios digitais para ensino remoto quais ferramentas foram utilizadas (%)

Etapa	What- sApp	Videoaulas		Portal Educativo		You- Tube	E-mail	Face- book	Goo- gle
		síncro- nas	assín- cronicas	AVA- MEC	SME				
Creche	85,9%	-	15,6%	-	7,8%	11,3%	5,5%	7,9%	16,5%
Pré- Escolar	98,8%	23,2%	78,3%	1,7%	9,1%	44,5%	18,5%	21,0%	10,4%
E. F. (iniciais)	98,3%	30,3%	78,0%	2,4%	10,3%	49,2%	21,3%	22,3%	15,6%
E. F. (finais)	97,7%	41,5%	80,3%	4,2%	13,0%	53,8%	29,0%	26,7%	28,1%
Ens. Especial	98,2%	31,1%	75,8%	2,2%	7,9%	40,7%	14,0%	19,3%	11,4%

Tal demonstrativo possibilitou as seguintes constatações:

- Para o Ensino Infantil na etapa Creche foi apurado que 85,9% dos municípios que responderam às Requisições de Informações utilizaram a ferramenta do WhatsApp;
- Pode-se concluir que, para tal etapa de ensino, não se trata de ferramenta educacional na sua essência, mas, sobretudo, de instrumento de orientação às famílias ou responsáveis pelas crianças de 0 a 3 anos, mediante o qual possivelmente puderam ser indicadas atividades de estímulo, leitura de textos pelos adultos, brincadeiras, jogos e músicas infantis e oferecido algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta, em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas em atividades lúdicas;
- Por outro lado, foi relevante a constatação de que 93 (noventa e três) municípios - 15,6% - tenham informado que utilizaram Videoaulas Assíncronas (aulas gravadas e enviadas aos estudantes) para as crianças de 0 a 3 anos;
- Nas demais etapas, merece destaque o fato de que mais de 97% dos municípios utilizaram o WhatsApp nas atividades pedagógicas não presenciais, ferramenta esta que, a princípio, é mais adequada para ações de orientação e informação aos alunos e respectivos responsáveis;
- O mesmo raciocínio pode ser utilizado para as ferramentas e-mail e Facebook que alcançaram porcentagens ao redor de 29% e 26,7%, respectivamente;
- Para as ferramentas que evidenciam a efetividade no repasse de conteúdos curriculares para os estudantes do Ensino Infantil (Pré-Escolar), Ensino Fun-



damental (anos iniciais e finais) e Ensino Especial, foram apurados percentuais importantes para as videoaulas assíncronas, que alcançaram entre 75% e 80% dos municípios;

- Foram relativamente baixos os percentuais de municípios que ofertaram as videoaulas síncronas (aulas transmitidas ao vivo, em tempo real e com acompanhamento simultâneo e interativo por parte dos estudantes), que alcançaram de 23% a 41% nas etapas em referência;
- Destaca-se, ainda, os índices relevantes para o uso da ferramenta YouTube, que variou entre 40% a 54%, e da ferramenta Google - classe de aula, que variou entre 10% a 28%, ambas indicaram crescimento à medida que atinge as etapas mais avançadas do ensino;
- O destaque negativo foi o pouco uso de Portais Educacionais, seja o Portal AVAMEC (Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação), que variou entre 1,7% e 4,2%, seja por um Portal da Secretaria Municipal de Educação, que variou entre 7,8% e 13,0%.

2.3.2.1.3 - Televisão e Rádio

Os questionários de Requisições de Informações objetivaram, também, buscar informações acerca da utilização dos instrumentos de televisão e rádio pelas redes municipais de ensino para aprimoramento de suas práticas pedagógicas, de forma remota, tendo sido apurada a seguinte situação:

Municípios que ofertam Televisão e Rádio no ensino remoto: Número e porcentagem

Etapa	Nº / % Televisão	Nº / % Rádio	Não ofertam TV e Rádio
Creche	12 (1,6%)	13 (1,7%)	729 (96,8%)
Pré-Escolar	14 (1,9%)	16 (2,1%)	724 (96,2%)
E. F. (iniciais)	32 (4,3%)	17 (2,3%)	704 (93,5%)
E. F. (finais)	48 (6,4%)	11 (1,5%)	696 (92,4%)
Ens. Especial	24 (3,2%)	13 (1,7%)	717 (95,2%)

As respostas consolidadas indicaram que:

- Os municípios não consideraram a televisão e o rádio como meios factíveis de oferecerem ensino remoto aos seus estudantes em qualquer etapa, tendo sido apurados percentuais baixos de utilização de tais ferramentas (entre 1,6% a 6,4%);
- Por consequência, entre 92,4% a 96,8% dos municípios que responderam ao questionário informaram que não utilizaram tais instrumentos como meios de oferta do ensino remoto.

2.3.2.1.4 - Meios impressos

As respostas aos questionários disponibilizados aos jurisdicionados possibilitaram consolidar as seguintes informações relativas à correlação entre meios impressos utilizados para o ensino remoto e o número de alunos alcançados:

Municípios que ofertam meios impressos, número de alunos e número de alunos alcançados				
Etapa	Nº e % que ofertam	Nº de alunos	Nº de alunos alcançados²	% de alunos alcançados
Creche	565 (75%)	180.683	125.930	70%
Pré-Escolar	747 (99%)	311.753	239.748	77%
Ens. Fundamental (anos iniciais)	745 (99%)	655.112	504.137	77%
Ens. Fundamental (anos finais)	439 (58%)	256.961	199.111	77%
Ensino Especial	524 (70%)	26.282	21.414	81%

Quanto aos tipos de meios impressos utilizados também foi apurado o seguinte:

Dos Municípios que utilizaram meios impressos quais materiais foram utilizados em Nº e %				
Etapa	Material didático c/ orientação		Material p/ atividades de leitura, desenho etc.	Outros meios impressos
	Aos estudantes	Pais/responsáveis		
Creche	-	389 (69%)	519 (92%)	74 (13%)
Pré-Escolar	449 (60%)	526 (70%)	688 (92%)	112 (15%)
E. F. (iniciais)	535 (72%)	528 (71%)	659 (88%)	149 (20%)
E. F. (finais)	344 (78%)	290 (66%)	346 (79%)	88 (20%)
Ens. Especial	342 (65%)	382 (73%)	473 (90%)	95 (18%)

Diante de tais informações, conclui-se que:

- O número de municípios que ofertaram meios impressos no ensino remoto é expressivo para as etapas do Pré-Escolar e Ensino Fundamental - anos iniciais, haja vista o percentual apurado de 99%;
- Os percentuais inferiores para as etapas do Ensino Fundamental - anos finais (58%) e Ensino Especial (70%), podem ser explicados, conforme já relatado, pela não oferta dessas etapas pelas redes municipais de diversos municípios;
- Considerando o número de alunos alcançados foi apurado que os municípios ofereceram ensino remoto, por meios impressos, que alcançaram 70% a 81% dos alunos das redes municipais de ensino;
- A título ilustrativo, a relação entre alunos alcançados / alunos não alcançados ficou assim evidenciada:
- Total de alunos Pré-Escolar - 311.753: 239.748/alcançados e 72.005/não alcançados;

² Número exato dos alunos alcançados dos municípios que souberam dar essa informação.

- Total de alunos Ensino Fundamental - anos iniciais - 655.112: 504.137/alcançados e 150.975 não alcançados;
- Total de alunos Ensino Fundamental - anos finais - 256.961: 199.111/alcançados e 57.850 não alcançados.

Os meios impressos foram os mais utilizados pelos municípios para o ensino remoto, tais como materiais didáticos com orientações aos estudantes (60% a 78%), com orientações aos pais ou responsáveis (66% a 71%), seja por meio de materiais de leitura, desenho, etc., compatíveis com as idades dos estudantes (79% a 92%).

2.3.2.1.5 - Outros meios utilizados

Com base nos formulários de Requisições de Informações, as respostas nele proferidas indicaram, ainda, a seguinte correlação entre outros meios utilizados pelos municípios para o ensino remoto e o número de alunos alcançados:

Municípios que ofertam outros meios, número de alunos e número de alunos alcançados

Etapa	Nº e % que ofertam	Nº de alunos	Nº de alunos alcançados ³	% de alunos alcançados
Creche	445 (59%)	180.683	113.612	63%
Pré-Escolar	540 (72%)	311.753	188.726	61%
Ens. Fundamental (anos iniciais)	545 (72%)	655.112	381.278	58%
Ens. Fundamental (anos finais)	317 (42%)	256.961	155.110	60%
Ensino Especial	365 (48%)	26.282	19.159	73%

Registre-se que os “meios impressos”, tratados no subitem anterior, fizeram referência a materiais didáticos e materiais de leitura, enquanto que os “outros meios utilizados”, tratados neste subitem, referem-se a materiais para guias de orientação, sugestões aos pais e responsáveis e organizações de grupos, complementares e orientativos, cuja correlação municípios/oferecimento foi demonstrada a seguir (por etapas de ensino):

Outros meios utilizados por 445 municípios: Ensino Infantil (Creche)

Meio	Nº	%
Guias de orientação aos pais ou responsáveis e aos estudantes sobre a organização das rotinas diárias	273	61%
Sugestões para que os pais ou responsáveis, com o apoio pedagógico das escolas, realizem leituras para os estudantes ou práticas de literatura familiar	340	76%
Orientações/sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades que possam ser realizadas com as crianças em seus lares	378	85%
Orientações aos pais ou responsáveis de crianças de Creche (0 a 3 anos), indicando atividades de estímulo, leitura de textos pelos adultos, brincadeiras, jogos, músicas infantis, oferecendo-lhes algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta, em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas em atividades lúdicas	410	92%
Outros	69	16%

³ Número exato dos alunos alcançados dos municípios que souberam dar essa informação.

Outros meios utilizados por 540 municípios: Ensino Infantil (pré-escolar)		
Meio	Nº	%
Guias de orientação aos pais ou responsáveis e aos estudantes sobre a organização das rotinas diárias	329	61%
Sugestões para que os pais ou responsáveis, com o apoio pedagógico das escolas, realizem leituras para os estudantes ou práticas de literacia familiar	404	75%
Organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias	480	89%
Guias de orientação às famílias e acompanhamento dos estudantes de modo a fortalecer o vínculo com a escola e o compromisso com o processo de aprendizagem	320	59%
Orientações/sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades que possam ser realizadas com as crianças em seus lares	454	84%
Orientações aos pais ou responsáveis de crianças de Pré-Escola (4 e 5 anos), indicando atividades de estímulo, leitura de textos, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e até algumas atividades em meios digitais quando for possível, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem que fortaleçam o vínculo e potencializem dimensões do desenvolvimento infantil que possam trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade	497	92%
Outros	48	9%
Outros meios utilizados por 545 municípios: Ensino Fundamental (anos iniciais)		
Meio	Nº	%
Orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos	478	88%
Estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outras	339	62%
Guias de orientação aos pais ou responsáveis e aos estudantes sobre a organização das rotinas diárias	351	64%
Organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias	483	89%
Guias de orientação às famílias e acompanhamento dos estudantes de modo a fortalecer o vínculo com a escola e o compromisso com o processo de aprendizagem	367	67%
Outros	57	10%
Outros meios utilizados por 317 municípios: Ensino Fundamental (anos finais)		
Meio	Nº	%
Orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos	279	88%
Estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outras	217	68%
Guias de orientação aos pais ou responsáveis e aos estudantes sobre a organização das rotinas diárias	192	61%

Organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias	278	88%
Guias de orientação às famílias e acompanhamento dos estudantes de modo a fortalecer o vínculo com a escola e o compromisso com o processo de aprendizagem	208	66%
Outros	39	12%

Outros meios utilizados por 365 municípios: Ensino Especial

Meio	Nº	%
Orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos	241	66%
Estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outras	178	49%
Guias de orientação aos pais ou responsáveis e aos estudantes sobre a organização das rotinas diárias	224	61%
Organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias	302	83%
Guias de orientação às famílias e acompanhamento dos estudantes de modo a fortalecer o vínculo com a escola e o compromisso com o processo de aprendizagem	239	65%
Orientações/sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades que possam ser realizadas com as crianças em seus lares	289	79%
Outros	52	14%

Tais informações ensejam as seguintes constatações:

- Foram razoáveis os percentuais de municípios que ofereceram outros meios para o ensino remoto, entre os quais se destacaram as etapas de Pré-Escolar (72%) e Ensino Fundamental - anos iniciais (73%) - 1º quadro;
- Considerando o número de alunos alcançados foi apurado que os municípios que ofereceram ensino remoto por “outros meios” alcançaram percentuais entre 58% a 73% dos alunos das redes municipais de ensino - 1º quadro;
- A título ilustrativo, a relação entre alunos alcançados / alunos não alcançados ficou assim evidenciada:
 - Total de alunos Creche - 180.683: 113.612/alcançados e 67.071/não alcançados;
 - Total de alunos Pré-Escolar - 311.753: 188.726/alcançados e 123.027/não alcançados;
 - Total de alunos Ensino Fundamental - anos iniciais - 655.112: 381.278/alcançados e /273.834 não alcançados;
 - Total de alunos Ensino Fundamental - anos finais - 256.961: 155.110/alcançados e 101.851/não alcançados.;

- Dos 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) municípios que informaram que ofereceram outros meios para ensino remoto aos alunos do Ensino Infantil (Creche), assim como dos 540 (quinhentos e quarenta) que ofertaram aos do Ensino Infantil (Pré-Escolar), em 92% de cada um dos conjuntos utilizaram o material denominado “*orientações aos pais ou responsáveis de crianças de Creche (0 a 3 anos) indicando atividades de estímulo, leitura de textos ...*” - 2º e 3º quadros;
- Para a etapa do Ensino Fundamental - anos iniciais os destaques de utilização de outros meios para oferecimento do ensino remoto foi o percentual de 89% dos municípios que utilizaram a “*organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias*”, e de 88% deles que usaram a “*orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos*” - 4º quadro;
- Dos 317 (trezentos e dezessete) municípios que informaram que ofereceram outros meios para ensino remoto dos alunos do Ensino Fundamental (anos finais) - 5º quadro -, 88% deles utilizaram a “*a orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos*”, assim como a “*organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias*”;
- Para o Ensino Especial, entre os 365 (trezentos e sessenta e cinco) municípios que informaram que utilizaram outros meios para o ensino remoto, 83% deles registraram que usaram a “*a organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias*” - 6º quadro.



2.3.2.2 - Quanto à Educação de Jovens e Adultos - EJA, Educação Indígena e Educação Quilombola

A relação de oferta a meios digitais aos alunos das etapas da Educação de Jovens e Adultos - EJA, Educação Indígena e Educação Quilombola, com o número de alunos atendidos, foi apurada com os seguintes quantitativos e percentuais:

Municípios que ofertam e respectivas ferramentas utilizadas no ensino remoto - N° e %							
Tipo	N° / % municípios	N / % digital	WhatsApp	Ví-deoaulas	N / % impressos	Apos-tila	PET ⁴
EJA	287 (38%)	233 (81%)	212 (91%)	63 (27%)	279 (97%)	88 (32%)	36 (13%)
Indígena	6 (1%)	3 (50%)	2 (66%)	0 (0%)	5 (83%)	1 (17%)	1 (17%)
Quilombola	61 (8%)	54 (89%)	46 (85%)	16 (30%)	61 (100%)	14 (23%)	18 (30%)

⁴ Plano de Estudo Tutorado

Diante das respostas às Requisições de Informações foi possível constatar o seguinte:

- A oferta de Educação de Jovens e Adultos - EJA está presente em 287 (duzentos e oitenta e sete) municípios, que representa 38% dos que responderam ao questionário (753);
- Como ferramentas para o ensino remoto 233 (duzentos e trinta e três) municípios informaram que ofereceram o meio digital, destacando-se o WhatsApp (212) e as Videoaulas (63);
- Também foi oferecido o meio impresso em 279 (duzentos e setenta e nove) municípios, destacando-se a Apostila (88) e o Plano de Estudo Tutorado do Governo de Minas Gerais - PET (36);
- Apenas 6 (seis) municípios ofereciam Educação Indígena, entre os quais em 3 (três) foi oferecido o meio digital para o ensino remoto, sendo 2 (dois) por WhatsApp, enquanto que em 5 (cinco) municípios foram oferecidos os meios impressos (1 por Apostila e 1 pelo PET);
- A oferta de Educação Quilombola foi informada por 61 (sessenta e um) municípios, entre os quais em 54 (cinquenta e quatro) foi oferecido o meio digital (WhatsApp-46 e Videoaulas-16), assim como oferecidos meios impressos em todos os 61 (sessenta e um) municípios - Apostila-14 e PET-18.



2.3.3 - Periodicidade de disponibilização das práticas pedagógicas

A periodicidade em que os municípios que responderam ao questionário disponibilizavam para os alunos as práticas pedagógicas analisadas anteriormente ficou assim demonstrada, por etapa de ensino:

Número e porcentagem dos municípios quanto a periodicidade de disponibilização

Etapa	Diária	Semanal	Quinzenal	Mensal
Creche	235 (35%)	132 (19%)	86 (13%)	175 (26%)
Pré-Escolar	288 (38%)	121 (16%)	122 (16%)	216 (29%)
E. F. (anos iniciais)	298 (40%)	101 (13%)	113 (15%)	233 (31%)
E. F. (anos finais)	179 (34%)	57 (11%)	63 (12%)	145 (27%)
Ens. Especial	213 (40%)	76 (14%)	68 (13%)	166 (31%)
EJA	108 (37%)	43 (15%)	45 (16%)	88 (31%)

Do quadro retro é possível constatar que:

- Entre 34% a 40% dos municípios disponibilizam diariamente as práticas pedagógicas para todas as etapas de ensino;
- A periodicidade semanal estava sendo disponibilizada por 11% a 19% dos municípios, índices próximos dos 12% a 16% daqueles que as disponibilizavam quinzenalmente;
- A periodicidade mensal das práticas pedagógicas estava sendo disponibilizada por 26% a 31% dos municípios para todas as etapas de ensino.

2.3.4 - Conexão com estudantes e famílias

Quanto à interlocução entre os estudantes e as respectivas famílias, as respostas aos questionários evidenciaram que:

- 68 (sessenta e oito) municípios (9,0%) não elaboraram guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar estudantes e famílias, sob a supervisão de professores e gestores escolares, como registro das atividades realizadas durante o período de isolamento;
- Para os 685 (seiscentos e oitenta e cinco) municípios que informaram que mantinham uma conexão com os estudantes e respectivas famílias, as respostas dadas indicaram que eles utilizavam os seguintes canais de comunicação: WhatsApp (97,7%), Telefone (91,8%), Acesso físico à escola ou à Secretaria de Educação (78,6%), E-mail (52,5%), site da Prefeitura (38,3%), Mídia - TV e rádio (14,5%);
- 51,1% dos municípios informaram que essa comunicação não tinha uma periodicidade definida, enquanto 15,5% afirmaram que era semanal, 11,4% mensal, 7,7% quinzenal e 14,2% outra periodicidade;
- Quanto a este último percentual (14,2%-outra periodicidade), a maior parte das respostas poderia ter sido enquadrada na estatística pela resposta “sem periodicidade definida”, uma vez que a maioria respondeu: “sempre que necessário” ou equivalente;
- Em 745 (setecentos e quarenta e cinco) municípios - 98,9% dos que responderam ao questionário - esta conexão era reforçada pela “busca ativa” dos alunos que não estavam desenvolvendo as atividades remotas, quando eram tomadas as seguintes medidas: (i) Contato com pais e responsáveis (97,7%), (ii) Acionamento do Conselho Tutelar (81,5%), (iii) Visita à residência da família (75,8%), e (iv) Utilização da metodologia de Busca Ativa Escolar desenvolvida pela UNDIME e Unicef (10,8%).



2.3.5 - Novas contratações

2.3.5.1 - Contratos de prestações de serviços

- Foram realizadas novas contratações de serviços específicos para o enfrentamento da pandemia por somente 68 (sessenta e oito) municípios - 9,0% deles -, as quais corresponderam a 2.675 (duas mil seiscentos e setenta e cinco) contratos, que somaram a importância de R\$75.536.524,73 (setenta e cinco milhões quinhentos e trinta e seis mil quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), o que representou uma média de R\$1.110.831,20 (um milhão cento e dez mil oitocentos e trinta e um reais e vinte centavos), por município;
- Considerando os contratos de maior valor de cada município, destacaram-se os seguintes objetos: (i) serviços gráficos e de impressão (27), (ii) serviços digitais

e equivalentes para viabilizar o ensino remoto (14), e (iii) cursos de capacitação e apoio para professores e profissionais da educação (9);

- Tais contratos de maior valor (firmados pelos 68 municípios) somaram o valor de R\$25.311.794,70 (vinte e cinco milhões trezentos e onze mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta centavos), que é equivalente à média de R\$372.232,28 (trezentos e setenta e dois mil duzentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos) por cada um deles;
- Dos 68 (sessenta e oito) contratos de maior valor, por município, 40 (quarenta) foram executados exclusivamente com recursos próprios, 15 (quinze) com outras fontes de recursos, 4 (quatro) com recursos de convênios e 1 (um) com recursos da Lei Complementar Federal n. 173/2020.

2.3.5.2 - Contratos de compras

- Foram realizadas aquisições específicas para o enfrentamento da pandemia por 283 (duzentos e oitenta e três) municípios, ou seja, 37,6% do universo que respondeu ao questionário (753), as quais somaram a importância de R\$81.145.294,73 (oitenta e um milhões cento e quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos), o que representou uma média de gastos de R\$286.732,48 (duzentos e oitenta e seis mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos), por município;
- Considerando os contratos de maior valor de cada município, destacaram-se os seguintes objetos: (i) Produtos de higienização e desinfecção, tais como: álcool gel, sabonete líquido, dispenser, totem (107), (ii) equipamentos de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva, tais como: máscaras, termômetros, protetor facial, avental (81), (iii) gêneros alimentícios (34), (iv) meios impressos para o ensino remoto, tais como: apostilas, material gráfico, impressora, papel (19), e (v) produtos para o ensino remoto por meios digitais, tais como: computador, notebook, tablet, (22);
- Esses 263 (duzentos e sessenta e três) contratos somaram o valor de R\$42.447.534,81 (quarenta e dois milhões quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), que perfaz a média de R\$149.991,29 (cento e quarenta e nove mil novecentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos), por município;
- Desses contratos, 130 (cento e trinta) foram realizados exclusivamente com recursos próprios, 59 (cinquenta e nove) com outras fontes de recursos, 18 (dezoito) com recursos de convênios e 10 (dez) com recursos da Lei Complementar Federal n. 173/2020.

2.3.6 - Estímulo socioeconômico aos estudantes

- Apenas 30 (trinta) municípios - 4,0% - ofereceram algum tipo de estímulo socioeconômico aos estudantes, no intuito de possibilitar o acesso remoto deles ao ensino à distância via internet. Estes poucos estímulos se dividiram em: Acesso à internet (7), ofertas de tablet (5), de chip de celular (3), de notebook (1) e outros (14);
- Inadequadamente para essa questão, 14 (quatorze) municípios - 1,86% - informaram nessa questão ofertar alimentação e materiais impressos, ações essas que não se adéquam ao objetivo da pergunta referente a estímulos extras aos estudantes, que possibilitassem o acesso remoto para a educação à distância.

2.4 - Dimensão: Avaliação, Comprovação e Validação das Atividades

O Parecer CNE/CP n. 05/2020, no tópico 2.16, sugere que os sistemas de ensino desenvolvam instrumentos avaliativos, tanto no período de realização de atividades pedagógicas não presenciais, como no retorno às aulas presenciais.

Há de se observar o que a Lei Federal n. 9.394/1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, estabelece na alínea “a” do inciso V do art. 24:

Art. 24 A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

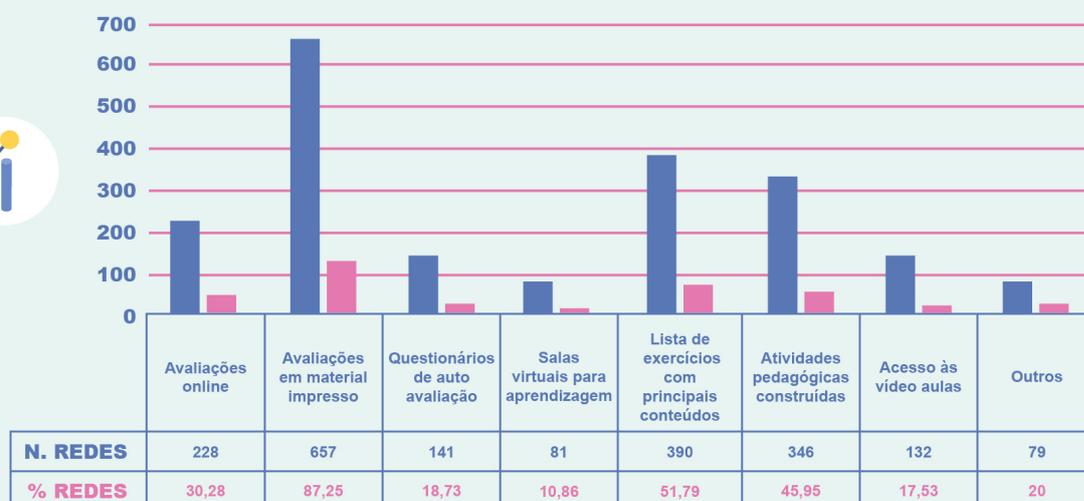
a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;



Quando questionados se as redes de ensino municipais desenvolveram instrumentos avaliativos para subsidiar o trabalho das escolas e professores no período de realização de atividades pedagógicas não presenciais, 708 municípios - 94,02% - responderam que sim, enquanto que 45 (quarenta e cinco) - 5,98% - que não.

Com base nas respostas às Requisições de Informações foi elaborado o gráfico abaixo com a indicação quantitativa das redes de ensino que desenvolveram os instrumentos de avaliação, sendo que a mesma rede poderia optar por mais de um instrumento de avaliação:

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDOS PELAS REDES DE ENSINO MUNICIPAIS



Das respostas das redes de ensino municipais, constatou-se que:

- Em 749 (setecentos e quarenta e nove) municípios - 99,47% - as atividades escolares foram registradas e arquivadas, de forma pormenorizada, para que possibilitassem, eventualmente, ser comprovadas perante as autoridades competentes, enquanto que em 4 (quatro) deles - 0,53% - não estavam sendo arquivadas, nem registradas;
- Questionados, ainda, se estavam elaborando relatórios circunstanciados, contendo informações sobre alterações e adequações realizadas nas propostas pedagógicas, regimento escolar e calendário escolar, em virtude da suspensão das atividades presenciais e adoção do regime de atividades não presenciais, 719 (setecentos e dezenove) municípios - 95,48% - responderam que elaboravam tais relatórios, por outro lado, 34 (trinta e quatro) - 4,52% - não elaboravam.

2.5 - Dimensão: Atuação e Formação dos Professores

No que se refere à atuação e formação de professores as respostas às Requisições de Informações, prestadas pelos 753 (setecentos e cinquenta e três) municípios que responderam ao questionário, evidenciaram a seguinte situação:

2.5.1 - Situação do corpo docente

- 100% dos professores efetivos e contratados, informados pelas redes de ensino municipais, participaram efetivamente das ações da educação na pandemia;



2.5.2 - Ação de suporte aos professores

475 (quatrocentos e setenta e cinco) municípios - 70,37% - responderam que existiam ações específicas de suporte aos professores para atuarem na pandemia;

Entre as ações de suporte oferecidas, sintetizadas no gráfico a seguir, como ponto positivo mereceu destaque a constatação de que 392 (trezentos e noventa e dois) municípios - 52,06% - utilizaram o “*apoio on line*” para as ações do corpo docente;

De outro modo, como ponto negativo as respostas indicaram que apenas 58 (cinquenta e oito) municípios - 7,7% - ofertaram a “*estrutura de aulas on line, ao vivo*”.

ações de suporte oferecidas aos professores



2.5.3 - Cursos e treinamento aos professores

- 431 (quatrocentos e trinta e uma) redes municipais - 57,24% - ofereceram para professores os mais variados cursos/treinamentos de como utilizar as ferramentas digitais, no intuito de desenvolverem as atividades à distância com os estudantes;
- Na tabela a seguir foram sintetizadas as informações relativas aos quantitativos e percentuais de professores capacitados para a educação à distância, no qual foi possível afirmar que, tendo como referência o universo de municípios que responderam ao questionário (753), apenas 152 (cento e cinquenta) deles - 20,19% - atingiram 100% do corpo docente, enquanto que 13 (treze) - 1,73% - não alcançaram 25% deste público alvo:

Quantitativo de professores capacitados para educação a distância	n. redes	% redes
Menos de 25%	13	1,73
De 25% a 50%	30	3,98
De 50% a 75%	57	7,57
De 75% a 100%	143	18,99
100%	152	20,19
Não informou	36	4,78

2.5.4 - Acesso à internet pelos professores

- Em 595 (quinhentos e noventa e cinco) municípios (79,02%) os professores possuíam acesso à internet;

2.5.5 - Etapa de vacinação dos professores

- Sintetizadas na tabela a seguir as informações referentes ao processo de vacinação contra a Covid-19 do corpo docente das redes de ensino municipais, tais dados evidenciaram que, tendo por base o mês de junho de 2021, em 52 (cinquenta e dois) municípios que responderam à Requisição de Informações - 6,91% - todos os professores já haviam sido vacinados, enquanto que em 206 (duzentos e seis) - 27,36% - o processo ainda não havia sido iniciado e não havia previsão para tanto:

Processo vacinação dos professores	n. redes	% redes
O processo de vacinação ainda não foi iniciado e não há previsão	206	27,36
O processo de vacinação tem previsão para ser iniciado	171	22,71
O processo de vacinação foi iniciado	324	43,03
Todos os professores já foram vacinados	52	6,91

2.5.6 - Ação de suporte a outros profissionais da educação

- 243 (duzentos e quarenta e três) redes de ensino municipais (32,27%) informaram que existiam ações específicas de suporte oferecidas para outros profissionais da educação, auxiliares na educação à distância;

2.5.7 - Queda quantitativa dos profissionais envolvidos diretamente na educação

- 616 (seiscentos e dezesseis) dos municípios que responderam ao questionário (753) - 81,81% - informaram que não houve queda no quantitativo dos profissionais envolvidos diretamente com a educação no período da pandemia, enquanto 137 (cento e trinta e sete) - 18,19% - afirmaram que sim, os quais indicaram, dentre os motivos da queda, os atestados por comorbidades, as licenças e os encerramentos de contratos.

2.6 - Dimensão: Retorno às Atividades Presenciais

Diante das respostas dadas pelos 753 (setecentos e cinquenta e três) municípios às Requisições de Informações, quanto à dimensão em referência foi possível obter as seguintes constatações:

2.6.1 - Planejamento de retorno às atividades presenciais

- 728 (setecentos e vinte e oito) redes de ensino municipais (96,68%) afirmaram que o retorno às aulas presenciais ainda não havia acontecido (mês de referência – junho/2021), enquanto que em 25 (vinte e cinco) - 3,32% - o retorno era precário;



2.6.2 - Ações foram/estão previstas no retorno às aulas previstas

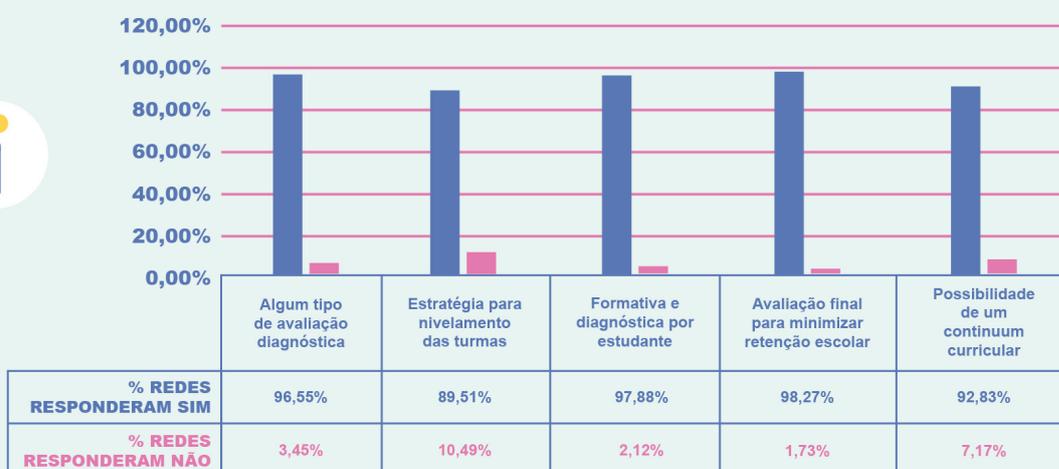
- 638 municípios (84,73%) informaram que estavam planejando o retorno às atividades presenciais, enquanto 115 (cento e quinze) - 15,27% - ainda não;
- Com base nas respostas proferidas, na tabela a seguir foram consolidadas as ações que os citados municípios estavam planejando para o retorno às aulas presenciais, no qual se destacaram a utilização de protocolos sanitários e a gestão de higiene e distanciamento de toda comunidade escolar (respostas de 633 municípios).

Ações para 638 redes municipais que estão planejando o retorno às aulas presenciais	Quantidade redes - Sim	Quantidade redes - Não
De forma gradual por grupos, etapas e níveis educacionais	612	26
Com ensino flexível híbrido no retorno gradual	623	15
Conforme protocolos sanitários e secretarias da educação	633	5
Gestão, higiene e distanciamento toda comunidade escolar	633	5
Estratégia do transporte escolar com segurança	580	58

2.6.3 - Quanto ao aspecto curricular quais ações foram/estão previstas para retorno às aulas presenciais

- As informações coletadas possibilitaram a elaboração do gráfico abaixo, no qual foram demonstradas as correlações percentuais das redes de ensino que estavam prevendo implementar ações pedagógicas e curriculares para o retorno às aulas presenciais:

AÇÕES PREVISTAS PELAS REDES NO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS, QUANTO AO ASPECTO PEDAGÓGICO E CURRICULAR



- Tal demonstrativo indicou que as principais ações visavam a “*avaliação final para minimizar a retenção escolar*”, respondida desta forma por 98,27% dos municípios, assim como a ação “*formativa e diagnóstica por estudante*”, respondida por 97,88% deles.

2.7 - Dimensão: Merenda Escolar

A alimentação escolar é de suma importância para os estudantes, sejam eles de situação de vulnerabilidade socioeconômica ou de situação social mais estável. Para os primeiros, a merenda escolar é, muitas vezes, o único alimento que recebem durante o dia, e para os outros, ter contato com hábitos alimentares saudáveis e seguros na infância é fundamental.

Quando da ocorrência da pandemia causada pelo COVID-19, cessou-se o contato físico entre estudantes e escolas e, via de consequência, a alimentação ofertada.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Educação, com base na legislação vigente, divulgaram cartilha orientativa para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia:

(...) a universalidade do atendimento é uma das diretrizes do PNAE e deve-se garantir, mesmo neste momento de suspensão de aulas, o direito à alimentação a todos os estudantes atendidos nas escolas públicas, para a correta execução do PNAE neste momento excepcional.⁵

No que se refere às ações de tal natureza, as respostas dos 753 (setecentos e cinquenta e três) municípios às Requisições de Informações evidenciaram o seguinte:

2.7.1 - Quanto à distribuição da alimentação escolar no período de aulas não presenciais

⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Orientações para a execução do PNAE - Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas>>. Acesso em 30 de junho de 2021.

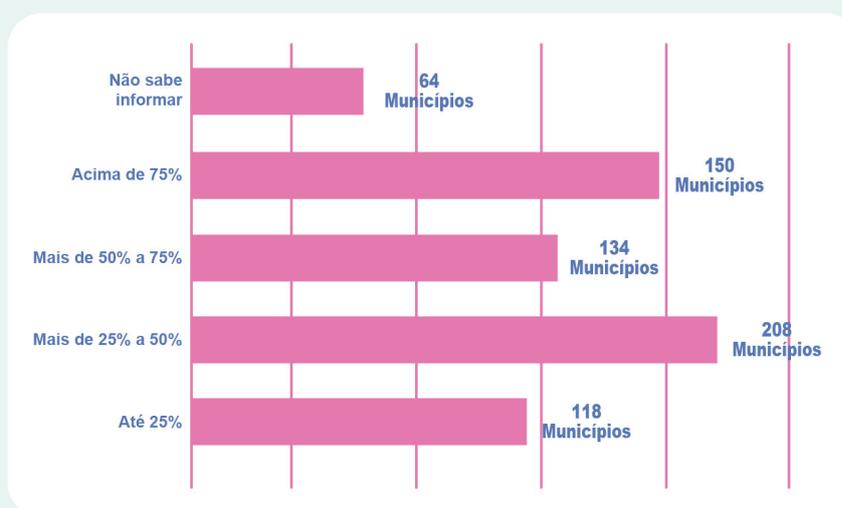
Tanto a Resolução CD/FNDE nº 2/ 2020 como a Cartilha Orientadora esclarecem que as Entidades Executoras possuem autonomia para distribuir os gêneros alimentícios já adquiridos ou que vierem a ser adquiridos, com o objetivo de garantir o direito à alimentação dos estudantes. Dessa forma, a decisão pela melhor forma de distribuir os gêneros alimentícios é autonomia da gestão local.⁸



2.7.5 - Do percentual contributivo do PNAE

As Requisições de Informações objetivaram, ainda, identificar o planejamento de gastos com a alimentação escolar, em especial o impacto dos gastos desta natureza executados com recursos do PNAE, cujo resultado foi sintetizado no gráfico a seguir:

PERCENTUAL CONTRIBUTIVO DO PNAE NOS GASTOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS



Diante de tal gráfico e a consolidação das respostas dos municípios foi possível afirmar o seguinte:

- Em termos percentuais, máximos e mínimos, o impacto dos recursos do PNAE na execução de despesas na alimentação escolar correspondeu a “até 25%” em 16% dos municípios que responderam os questionários, enquanto que em 20% deles o impacto “é acima de 75%” dos citados gastos;
- Em termos numéricos, o impacto dos recursos do PNAE no montante de gastos com a merenda escolar foi respondido por 118 (cento e dezoito) municípios, que informaram o impacto em “até 25%”, por 208 (duzentos e oito) com impacto “entre 25% a 50%”, por 134 (cento e trinta e quatro) com impacto “entre 50% a 75%” e 150 (cento e cinquenta) com impacto “acima de 75%”, enquanto que 64 (sessenta e quatro) “não souberam informar”.

⁸ BRASIL. PNAE. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Perguntas frequentes. Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-perguntas-frequentes?highlight=WyJ2YWxvciIsInNlclx1MDB1MSIsImRlliw3LCJlc2NvbGhhliwidmFsb3Igc2VyXHUwMGUxliwidmFsb3Igc2VyXHUwMGUxIGRlliwic2VyXHUwMGUxIGRlliwic2VyXHUwMGUxIGRlIDciLCJkZSA3II0=>>>. Acesso em 05 de julho de 2021.

2.7.6 - Da aplicação da Lei Federal n. 13.987/2020

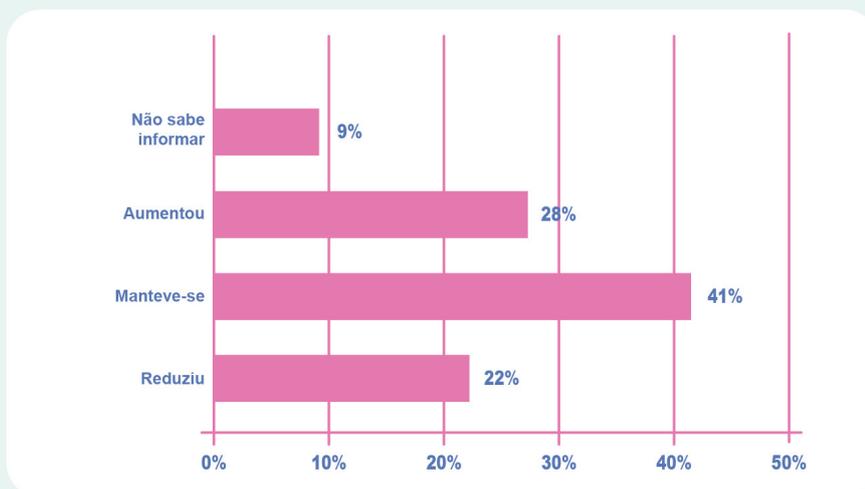
Ressalte-se que, por meio da Lei Federal n. 13.987, de 07/04/2020, foi acrescentado o art. 21-A às disposições da Lei Federal n. 11.947, de 16/06/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Nos termos do dispositivo acrescentado, *“durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do Pnae”*.

Proposta questão inerente a tal regra nas Requisições de Informações foi apurado que:

- 697 (seiscentos e noventa e sete) municípios, ou seja, 92,56% dos que responderam ao questionário, informaram o emprego do mencionado ato normativo e faziam a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica;
- No quesito distribuição de alimentos, em especial sobre a situação dos gastos desta natureza para os estudantes, 165 (cento e sessenta e cinco) municípios - 21,91% - informaram que “reduziram” o volume disponibilizado, 308 (trezentos e oito) - 40,90% - “mantiveram”, 211 (duzentos e onze) - 28,02% - “aumentaram”, e 69 (sessenta e nove) - 9,16% - “não souberam informar”, conforme sintetizado no gráfico a seguir:

APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N. 13.987/2020 (DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS)



- Quanto à forma do atendimento à Lei Federal n. 13.987/2019 e suas alterações, 1 (um) município - 0,13% - informou que optou por “voucher”, 689 (seiscentos e oitenta e nove) - 91,50% - por “distribuição de alimentos” por meio de kits e 5 (cinco) - 0,66% - por “ambos”;
- Dando enfoque aos municípios que se distribuíram a merenda escolar, não em kits, mas em pecúnia, ou seja, mediante “vouchers” ou “ambos” (total de 6), com oferta de valor pecuniário para que os responsáveis fizessem a administração quanto ao mais adequado no tocante à segurança alimentar dos estudantes, foi apurado que 3 (três) deles informaram que utilizaram, como escolha, *“política universal, ou seja, que atingiu todos os estudantes”*, sem outro critério que não o da situação regular do estudante como matriculado, enquanto que os outros 3 (três) apontaram a escolha, *“por critérios”*, como exemplo o cadastro no Programa Bolsa Família, o CadÚnico e renda familiar;
- No que tange aos valores dos repasses a título de “voucher” ou “ambos”, dos 6 (municípios) que fizeram estas opções 2 (dois) deles optaram pelo valor de R\$69,00 (sessenta e nove reais), 1 (um) pelo valor R\$50,00 (cinquenta reais), 1 (um) pelo valor de R\$384,00 (trezentos e oitenta e quatro reais), 1 (um) pelo valor de R\$160,00 (cento e sessenta reais) e 1 (um) pelo valor de R\$68,00 (sessenta e oito reais);
- Quanto à periodicidade em que se realizava tais repasses aos pais/responsáveis (por “vouchers” ou “ambos”), as respostas aos questionários indicaram que 1 (um) município optou por entregar o valor a cada 60 (sessenta) dias, o outro a cada 90 (noventa) dias, e 4 (quatro) a cada 30 (trinta) dias;
- A título de ilustração, na tabela a seguir foram demonstrados os quantitativos de famílias alcançadas pelas políticas de distribuição em referência (por “voucher” ou “ambos”) utilizadas pelos 6 (seis) municípios que fizeram esta opção:

Município	Características da Política	Valor / Família (R\$)	Periodicidade	Número de Famílias atendidas
A	universal	R\$69,00	bimestral	10.000
B	com parâmetro	R\$50,00	mensal	8.091
C	com parâmetro	R\$384,00	mensal	1.486
D	universal	R\$160,00	trimestral	1.116
E	universal	R\$68,00	mensal	5.708
F	com parâmetro	R\$69,00	mensal	30.434

2.7.7 - Continuidade dos contratos com fornecedores

- No que se refere à continuidade dos contratos com os fornecedores do período pré-pandêmico, do conjunto de municípios que responderam ao questionário (753), 680 (seiscentos e oitenta), que representam 90,31% deles, informaram que foram mantidos os referidos contratos, enquanto que 73 (setenta e três) responderam negativamente (9,69%).

2.8 - Dimensão: Monitoramento e Controle

Na Administração Pública o Monitoramento e o Controle são funções de extrema importância para seu contínuo aprimoramento, a fim de ensejar eficiência das ações governamentais.

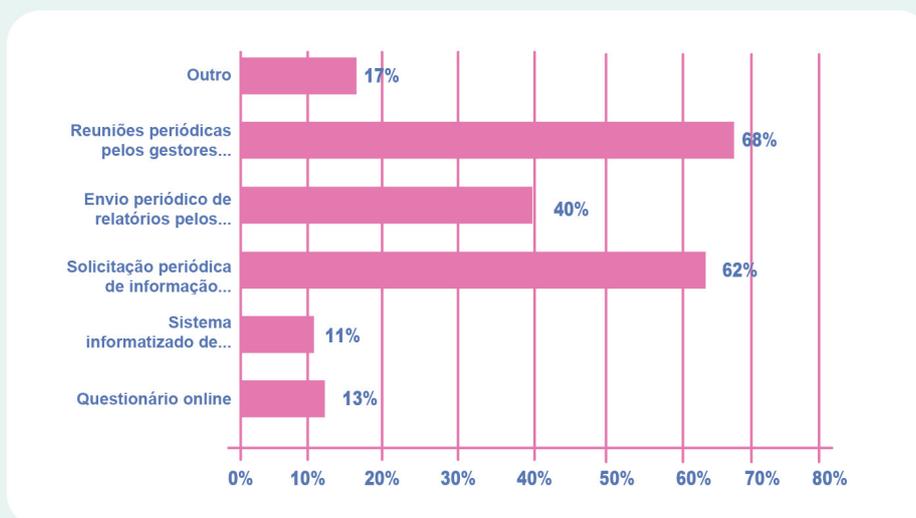
Tendo como referência tais dimensões, as respostas dos 753 (setecentos e cinquenta e três) municípios que atenderam à Requisição de Informações possibilitaram projetar as seguintes conclusões:



2.8.1 - Instrumentos de monitoramento do corpo discente

- 713 (setecentos e treze) municípios, o que representou 94,68% deles, informaram que estavam sendo aplicados instrumentos de monitoramento que possibilitassem uma análise do nível de aplicação dos estudantes durante as atividades pedagógicas não presenciais, enquanto que 40 (quarenta), equivalente a 5,31%, informaram que não existia esse acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes;
- Considerando que os municípios poderiam assinalar mais de uma opção, os resultados da averiguação apontaram que, quanto à aplicação de instrumentos de monitoramento, eles informaram que utilizavam os seguintes (gráfico ilustrativo adiante):
 - 97 (noventa e sete) - 12,88% - “questionário online”;
 - 81 (oitenta e um) - 10,75% - “sistema informatizado de monitoramento”;
 - 468 (quatrocentos e sessenta e oito) - 62,15% - “solicitação periódica de informação aos gestores escolares”;
 - 299 (duzentos e noventa e nove) - 39,70% - “envio periódico de relatório pelos gestores escolares”;
 - 514 (quinhentos e quatorze) - 68,26% - “reuniões periódicas pelos gestores escolares”;
 - 126 (cento e vinte e seis) - 16,73% - outras ferramentas que não as elencadas nos itens anteriores (ex.: registro das atividades no drive, controle de recebimento das atividades impressas, acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos das devolutivas do PET, monitoramento feito pelos professores durante as aulas online etc.).

TIPOS DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO APLICADOS AO CORPO DISCENTE

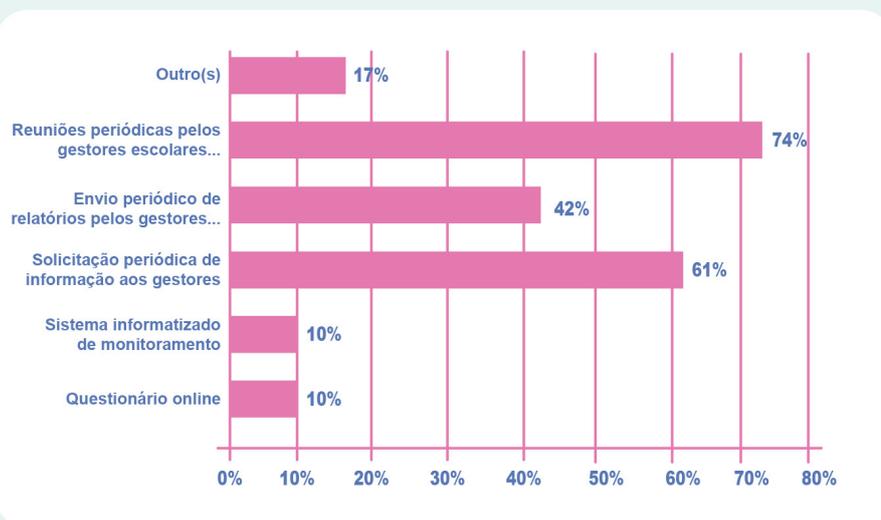


2.8.2 - Do monitoramento do corpo docente

- No que tange ao corpo docente, 720 (setecentos e vinte) municípios - 95,61% - responderam que estavam sendo aplicados instrumentos de monitoramento que possibilitassem uma análise do nível de participação dos professores durante as atividades pedagógicas;
- De outro modo, 33 (trinta três) - 4,38% - informaram a não inspeção da participação dos professores durante as atividades pedagógicas não presenciais;
- Considerando que os municípios poderiam assinalar mais de uma opção, os resultados das respostas ao questionário indicaram que, no que se refere ao monitoramento do corpo docente foi informado que utilizavam os seguintes instrumentos (gráfico ilustrativo adiante):
 - 74 (setenta e quatro) - 9,82% - “questionário online”;
 - 78 (setenta e oito) - 10,35% - “sistema informatizado de monitoramento”;
 - 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) - 60,82% - “solicitação periódica de informação aos gestores escolares”;
 - 313 (trezentos e treze) - 41,56% - “envio periódico de relatório pelos gestores escolares”;
 - 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) - 73,57% - “reuniões periódicas pelos gestores escolares”;
 - 125 (cento e vinte e cinco) - 16,60% - outras ferramentas que não as elencadas nos itens anteriores (ex.: acompanhamento pela equipe de supervisão pedagógi-

ca; reuniões periódicas, participação da equipe pedagógica nos grupos de estudos online, relatórios compartilhados mensais etc.).

TIPOS DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO APLICADOS AO CORPO DISCENTE



2.8.3 - Sistema de controle sobre as ações na educação não presencial

- 628 (seiscentos e vinte e oito) municípios - 83,39% - afirmaram a existência de um sistema de controle nas ações planejadas para a educação, visando a garantir o alcance desse planejamento traçado;
- 125 (cento e vinte e cinco) - 16,60% - responderam que não adotavam nenhum sistema de controle;
- Quanto aos municípios que informaram a existência de um sistema de controle efetivo (628), eles assinalaram que ele era feito por profissionais que faziam parte do setor de ensino (ex.: supervisores escolares, diretores escolares, coordenadores pedagógicos, secretário municipal, professores etc.);

2.8.4 - Fatores limitadores das ações na educação no período da pandemia

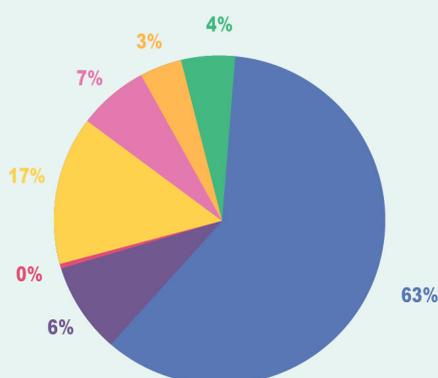
É público e notório as adversidades que vários setores sociais perpassaram em razão da pandemia causada pelo COVID-19.

No que tange aos fatores que mais limitaram a efetivação de ações que visavam a minimizar os prejuízos na aprendizagem dos estudantes durante o período da pandemia, as respostas à Requisição de Informações evidenciaram o seguinte (gráfico ilustrativo adiante):

- 26 (vinte e seis) municípios - 3,45% - atribuíram à “inexistência ou limitação de equipamentos adequados nas escolas”;

- 29 (vinte e nove) - 3,85% - à “falta de capacitação dos professores para o ensino na modalidade à distância”;
- 476 (quatrocentos e setenta e seis) - 63,21% - à “falta de condições estruturais nos domicílios dos estudantes (internet, computador espaço físico etc.)”;
- 44 (quarenta e quatro) - 5,84% - à “falta ou precariedade do serviço de internet no Município”;
- 3 (três) - 0,39% - à “falta de planejamento e iniciativa por parte dos responsáveis pelo ensino no Município (Prefeito, Secretário de Educação, Diretores de escola, Conselhos etc.)”;
- 125 (cento e vinte e cinco) - 16,60% - à “falta de participação efetiva dos pais e responsáveis dos estudantes”;
- 50 (cinquenta) - 6,64% - à “falta de apoio logístico, financeiro e orientação dos governos estadual e federal”.

FATORES LIMITADORES DAS AÇÕES NA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DA PANDEMIA



- Inexistência ou limitação de equipamentos adequados
- Falta de capacitação dos professores
- Falta de condições estruturais nos domicílios
- Falta ou precariedade do serviço de internet
- Falta de planejamento e iniciativa do Município
- Falta de participação efetiva dos pais e responsáveis
- Falta de apoio logístico, financeiro e orientação dos governos estadual e federal

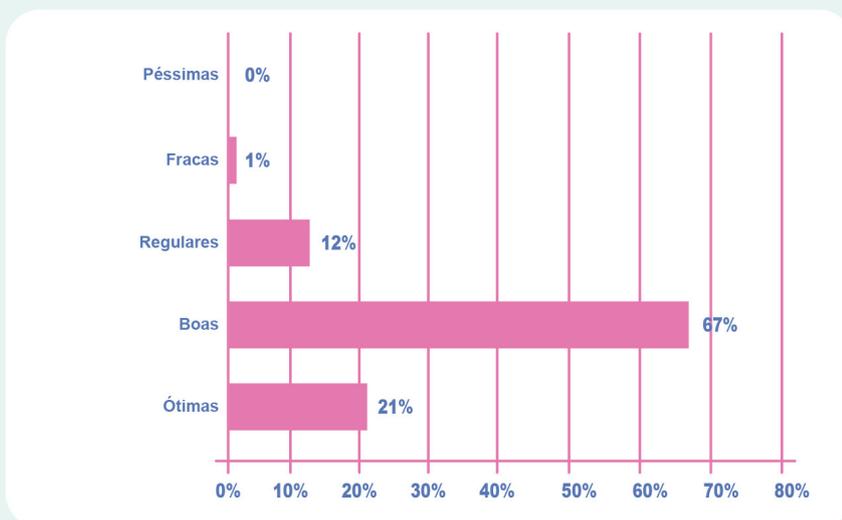
2.8.5 - Avaliação da educação em tempo de pandemia

A Requisição de Informações possibilitou, também, que os respondentes pudessem informar/julgar o conjunto das ações das respectivas secretarias municipais de educação, no tocante ao enfrentamento da crise gerada pela pandemia, cujo resultado foi descrito a seguir (gráfico ilustrativo adiante):

- 157 municípios - 20,84% - avaliaram como sendo “ótimas”;
- 502 (quinhentos e dois) - 66,66% - como “boas”;
- 88 (oitenta e oito) - 11,68% - como “regulares”;

- 5 (cinco) - 0,66% - como “fracas”;
- 1 (um) - 0,13% - como “péssima”.

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA



De outro lado, quanto às ações indicadas como as mais acertadas pelas secretarias municipais os respondentes indicaram o seguinte:

- Iniciar com rapidez o ensino remoto;
- A capacitação dos professores;
- O apoio financeiro com aquisição de materiais permanentes;
- A busca de métodos pedagógicos e acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos;
- A organização e planejamento dos trabalhos remotos;
- A entrega de alimentos e das atividades nas residências dos alunos;
- A manutenção de todos os profissionais da educação;
- A criação de orientações seguindo as leis federais e estaduais.
- Os questionários possibilitaram, também, que os respondentes pudessem julgar as falhas e omissões das respectivas secretarias no tocante ao enfrentamento da crise gerada pela pandemia.
- Dentre as ações reputadas como as menos acertadas, apontou-se dentre as mais reincidentes:
 - A falta de internet para os alunos;

- A demora em dar início às atividades remotas;
- Não ter sido atingido todos os alunos com 100% de qualidade de ensino;
- Não terem sido planejadas as ações com antecedência;
- Não terem sido capacitados seus professores para trabalhar com as mídias digitais;
- A falta de oferta de atividades e de acompanhamento das crianças da creche (0 a 3 anos);
- Ausência de plataforma de ensino.

3 - CONCLUSÃO

Aplicada a ação de fiscalização de Requisição de Informações, cujos questionários disponibilizados aos municípios sob a jurisdição da Coordenadoria de Auditoria dos Municípios (exceto Belo Horizonte) foram respondidos por 753 (setecentos e cinquenta e três) deles, ou seja, 88,4% do universo pesquisado (852), ao consolidar os dados apurados as constatações de maior relevância foram descritas da seguinte forma:

Subitem 2.2 – Dimensão: Planejamento e Normatização para Reorganização dos Ambientes de Aprendizagem

- 708 (setecentos e oito) municípios - 94,0% - responderam que foi estabelecido um planejamento para implementar as ações de enfrentamento da pandemia na área de educação;
- 711 (setecentos e onze) - 94,4% - responderam que foi implementada uma reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública de todos os níveis;
- Entre os que informaram os respectivos atos normativos (708 – 192 = 516), 68,5% deles (353) estabeleceram um novo planejamento para as atividades pedagógicas não presenciais;
- 749 (setecentos e quarenta e nove) municípios (99,5%) informaram que contabilizaram as atividades que os estudantes realizavam em casa na carga horária anual;
- 568 (quinhentos e sessenta e oito) municípios - 75,4% - consideraram computar a carga horária de atividades pedagógicas não presenciais, enquanto que 270 (duzentos e setenta) - 35,9% - consideraram computar tal carga horária de modo concomitante com o período das aulas, quando do retorno às atividades presenciais;
- Em média, 50% dos municípios não tinham informações necessárias para implementar políticas educacionais que possibilitassem o acesso dos alunos ao ensino remoto (internet ou por meios digitais, como videoaulas, portal educacional, Youtube, WhatsApp etc.);

- Quanto aos municípios que tinham informações, 16% dos alunos tinham acesso à internet, computadores ou tablets em seus domicílios, 26,2% acesso à internet apenas por meio de celular, 2,6% acesso apenas a computador e 9,7% acesso à internet, computador ou tablet.

Subitem 2.3 - Dimensão: Práticas Pedagógicas Durante o Período de Suspensão das Aulas Presenciais

- Com base no exercício de 2020, 498 (quatrocentos e noventa e oito) dos municípios (66,1%) informaram que os recursos foram preservados e 244 (duzentos e quarenta e quatro) - 32,4% - que não houve alteração do orçamento;
- Quanto ao o exercício de 2021 as respostas indicaram que os recursos também foram preservados por 513 (quinhentos e treze) municípios - 68,1% - e não houve alteração do orçamento em 229 (duzentos e vinte e nove) - 30,4%;
- 13 (treze) municípios (1,7%) não implementaram nenhuma estratégia para oferecer aulas ou conteúdos pedagógicos para os estudantes no período da pandemia;
- Dos 740 (setecentos e quarenta) municípios que informaram que possuíam estratégias, 501 (quinhentos e um) - 66,5% - as iniciaram no primeiro semestre de 2020, 13 (treze) - 1,7% - no segundo semestre de 2020, 224 (duzentos e vinte e quatro) - 29,7% - no primeiro semestre de 2021, e 2 (dois) - 0,26% responderam que as iniciaram em 2019;
- 13 (treze) municípios assumiram que não implementaram nenhuma estratégia para oferecer aulas ou conteúdos pedagógicos para os estudantes no período da pandemia;
- A maioria absoluta dos municípios, 707 (setecentos e sete) - 94% - implementaram as três intervenções pedagógicas no período da pandemia, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular - BNCC -, que foi implementada por todos (707), o Planejamento Político Pedagógico – PPP, que foi implementado por 641 (seiscentos e quarenta e um) - 85% - e o Currículo de Referência, por 626 (seiscentos e vinte e seis) - 83%;
- As respostas ao questionaram indicaram que os municípios estavam oferecendo o ensino remoto por meios digitais que alcançavam cerca de 66% a 76% dos alunos das redes municipais de ensino;
- Para o Ensino Infantil na etapa Creche foi apurado que 85,9% dos municípios utilizaram a ferramenta do WhatsApp;
- Foi relevante a constatação de que 93 (noventa e três) municípios - 15,6% -, tenham informado que utilizaram Videoaulas Assíncronas (aulas gravadas e enviadas aos estudantes) para as crianças de 0 a 3 nos;
- Nas demais etapas, merece destaque o fato de que mais de 97% dos municípios utilizaram o WhatsApp nas atividades pedagógicas não presenciais;
- Foram relativamente baixos os percentuais de municípios que ofertaram as videoaulas síncronas (aulas transmitidas ao vivo, em tempo), que alcançaram de 23% a 41% nas etapas em referência;

- Destaca-se, ainda, os índices relevantes para o uso da ferramenta YouTube, que variou entre 40% a 54%, e da ferramenta Google - classe de aula, que variou entre 10% a 28%;
- O destaque negativo foi o pouco uso de Portais Educacionais, seja o Portal AVAMEC (Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação), que variou entre 1,7% e 4,2%, seja por um Portal da Secretaria Municipal de Educação, que variou entre 7,8% e 13,0%;
- Os municípios não consideraram a televisão e o rádio como meios factíveis de oferecerem ensino remoto aos seus estudantes em qualquer etapa, tendo sido apurados percentuais baixos de utilização de tais ferramentas (entre 1,6% a 6,4%);
- O número de municípios que ofertaram meios impressos no ensino remoto foi expressivo para as etapas do Pré-Escolar e Ensino Fundamental - anos iniciais, haja vista o percentual apurado de 99%;
- Os percentuais inferiores para as etapas do Ensino Fundamental - anos finais (58%) e Ensino Especial (70%), podem ser explicados, conforme já relatado, pela não oferta dessas etapas pelas redes municipais de diversos municípios;
- Considerando o número de alunos alcançados foi apurado que os municípios ofereceram ensino remoto, por meios impressos, que alcançaram 70% a 81% dos alunos das redes municipais de ensino;
- Os meios impressos foram os mais utilizados pelos municípios para o ensino remoto, tais como materiais didáticos com orientações aos estudantes (60% a 78%), com orientações aos pais ou responsáveis (66% a 71%), seja por meio de materiais de leitura, desenho, etc., compatíveis com as idades dos estudantes (79% a 92%);
- Foram razoáveis os percentuais de municípios que ofereceram outros meios para o ensino remoto, entre os quais se destacaram as etapas de Pré-Escolar (72%) e Ensino Fundamental - anos iniciais (73%) - 1º quadro;
- Dos 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) municípios que informaram que ofereceram outros meios para ensino remoto aos alunos do Ensino Infantil (Creche), assim como dos 540 (quinhentos e quarenta) que ofertaram aos do Ensino Infantil (Pré-Escolar), em 92% de cada um dos conjuntos utilizaram o material denominado *“orientações aos pais ou responsáveis de crianças de Creche (0 a 3 anos) indicando atividades de estímulo, leitura de textos ...”*;
- Para a etapa do Ensino Fundamental - anos iniciais os destaques de utilização de outros meios para oferecimento do ensino remoto foi o percentual de 89% dos municípios que utilizaram a *“organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias”*, e de 88% deles que usaram a *“orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos”*;

- Dos 317 (trezentos e dezessete) municípios que informaram que ofereceram outros meios para ensino remoto dos alunos do Ensino Fundamental (anos finais), 88% deles utilizaram a “*a orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos*”, assim como a “*organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias*”;
- Para o Ensino Especial, entre os 365 (trezentos e sessenta e cinco) municípios que informaram que utilizaram outros meios para o ensino remoto, 83% deles registraram que usaram a “*a organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias*”;
- Para o Ensino Especial, entre os 365 (trezentos e sessenta e cinco) municípios que informaram que utilizaram outros meios para o ensino remoto, 83% deles registraram que usaram a “*a organização de grupos de pais ou responsáveis, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando os professores e as famílias*”.
- A oferta de Educação de Jovens e Adultos - EJA está presente em 287 (duzentos e oitenta e sete) municípios, que representa 38% dos que responderam ao questionário (753);
- Como ferramentas para o ensino remoto, 233 (duzentos e trinta e três) municípios informaram que ofereceram o meio digital, destacando-se o WhatsApp (212) e as Videoaulas (63);
- Também foi oferecido o meio impresso em 279 (duzentos e setenta e nove) municípios, destacando-se a Apostila (88) e o Plano de Estudo Tutorado do Governo de Minas Gerais - PET (36);
- Apenas 6 (seis) municípios ofereciam Educação Indígena, entre os quais em 3 (três) foi oferecido o meio digital para o ensino remoto, sendo 2 (dois) por WhatsApp, enquanto que em 5 (cinco) municípios foram oferecidos os meios impressos (1 por Apostila e 1 pelo PET);
- A oferta de Educação Quilombola foi informada por 61 (sessenta e um) municípios, entre os quais em 54 (cinquenta e quatro) era oferecido o meio digital (WhatsApp-46 e Videoaulas-16), assim como oferecidos meios impressos em todos os 61 (sessenta e um) municípios - Apostila-14 e PET-18;
- Entre 34% a 40% dos municípios disponibilizam diariamente as práticas pedagógicas para todas as etapas de ensino;
- A periodicidade semanal estava sendo disponibilizada por 11% a 19% dos municípios, índices próximos dos 12% a 16% daqueles que as disponibilizavam quinzenalmente;
- A periodicidade mensal das práticas pedagógicas estava sendo disponibilizada por 26% a 31% dos municípios para todas as etapas de ensino;
- 68 (sessenta e oito) municípios (9,0%) não elaboraram guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar estudantes e famílias;

- Para os 685 (seiscentos e oitenta e cinco) municípios que informaram que mantinham uma conexão com os estudantes e respectivas famílias, as respostas dadas indicaram que eles utilizavam os seguintes canais de comunicação: WhatsApp (97,7%), Telefone (91,8%), Acesso físico à escola ou à Secretaria de Educação (78,6%), e-mail (52,5%), site da Prefeitura (38,3%), Mídia - TV e rádio (14,5%);
- 51,1% dos municípios informaram que essa comunicação não tinha uma periodicidade definida, enquanto 15,5% afirmaram que era semanal, 11,4% mensal, 7,7% quinzenal e 14,2% outra periodicidade;
- Em 745 (setecentos e quarenta e cinco) municípios - (98,9% dos que responderam ao questionário) esta conexão era reforçada pela “busca ativa” dos alunos que não estavam desenvolvendo as atividades remotas;
- As informações apuradas indicaram que foram realizadas novas contratações de serviços específicos para o enfrentamento da pandemia por somente 68 (sessenta e oito) municípios - 9,0% - (2.675 acordos, que somaram a importância de R\$75.536.524,73);
- As mesmas informações indicaram que foram realizadas aquisições específicas para o enfrentamento da pandemia por 283 (duzentos e oitenta e três) municípios, ou seja, 37,6% do universo que respondeu ao questionário (753) (total de R\$81.145.294,73);
- Apenas 30 (trinta) municípios - 4,0% - ofereceram algum tipo de estímulo socioeconômico aos estudantes, no intuito de possibilitar o acesso remoto deles ao ensino à distância via internet. Estes poucos estímulos se dividiram em acesso à internet (7), ofertas de tablet (5), de chip de celular (3), de notebook (1) e outros (14).

Subitem 2.4 - Dimensão: Avaliação, Comprovação e Validação das Atividades

- Em 749 (setecentos e quarenta e nove) municípios - 99,47% - as atividades escolares foram registradas e arquivadas para que possibilitassem, eventualmente, ser comprovadas perante as autoridades competentes;
- Questionados, ainda, se estavam elaborando relatórios circunstanciados, contendo informações sobre alterações e adequações realizadas nas propostas pedagógicas, regimento escolar e calendário escolar, em virtude da suspensão das atividades presenciais e adoção do regime de atividades não presenciais, 719 (setecentos e dezenove) municípios - 95,48% - responderam que elaboravam tais relatórios.

Subitem 2.5 - Dimensão: Atuação e Formação dos Professores

- Segundo as respostas aos questionários, 100% dos professores efetivos e contratados, informados pelas redes de ensino municipais, participaram efetivamente das ações da educação na pandemia;
- 475 (quatrocentos e setenta e cinco) municípios - 70,37% - responderam que existiam ações específicas de suporte aos professores para atuarem na pandemia;
- Entre as ações de suporte oferecidas, como ponto positivo mereceu destaque a constata-

ção de que 392 (trezentos e noventa e dois) municípios - 52,06% - utilizaram o “*apoio on line*” para as ações do corpo docente;

- Como ponto negativo as respostas indicaram que apenas 58 (cinquenta e oito) municípios - 7,7% - ofertaram a “*estrutura de aulas on line, ao vivo*”;
- 431 (quatrocentos e trinta e uma) redes municipais - 57,24% - ofereceram para os professores os mais variados cursos/treinamentos de como utilizar as ferramentas digitais;
- Tendo como referência o universo de municípios que responderam ao questionário (753), apenas 152 (cento e cinquenta) deles - 20,19% - atingiram 100% no tange à capacitação do corpo docente para a educação à distância, enquanto que 13 (treze) - 1,73% - não alcançaram 25% deste público alvo:
- Em 595 (quinhentos e noventa e cinco) municípios (79,02%) os professores possuíam acesso à internet;
- As informações referentes ao processo de vacinação contra a Covid-19 do corpo docente das redes de ensino municipais evidenciaram que, tendo por base o mês de junho de 2021, em 52 (cinquenta e dois) municípios - 6,91% - todos os professores já haviam sido vacinados, enquanto que em 206 (duzentos e seis) - 27,36% - o processo ainda não havia sido iniciado e não havia previsão para tanto:
- 243 (duzentos e quarenta e três) redes de ensino municipais (32,27%) informaram que existiam ações específicas de suporte oferecidas para outros profissionais da educação auxiliar na educação à distância;
- 616 (seiscentos e dezesseis) dos municípios que responderam ao questionário (753) - 81,81% - informaram que não houve queda no quantitativo dos profissionais envolvidos diretamente com a educação no período da pandemia, enquanto 137 (cento e trinta e sete) - 18,19% - afirmaram que sim, os quais indicaram, dentre os motivos da queda, os atestados por comorbidades, as licenças e os encerramentos de contratos.

Subitem 2.6 – Dimensão: Retorno às Atividades Presenciais

- 728 (setecentos e vinte e oito) redes de ensino municipais (96,68%) afirmaram que o retorno às aulas presenciais ainda não havia acontecido (mês de referência – junho/2021), enquanto que em 25 (vinte e cinco) - 3,32% - o retorno era precário;
- 638 municípios (84,73%) informaram que estavam planejando o retorno às atividades presenciais, enquanto 115 (cento e quinze) - 15,27% - ainda não;
- Foram consolidadas as ações que os citados municípios estavam planejando para o retorno às aulas presenciais, entre as quais se destacaram a utilização de protocolos sanitários e a gestão de higiene e distanciamento de toda comunidade escolar (respostas de 633 municípios);
- As principais ações adotadas para o retorno às aulas presenciais visavam a “*avaliação final para minimizar a retenção escolar*”, respondida desta forma por 98,27% dos mu-

nicípios, assim como a ação “*formativa e diagnóstica por estudante*”, respondida por 97,88% deles.

Subitem 2.7 – Dimensão: Merenda Escolar

- 674 (seiscentos e setenta e quatro) municípios, o que equivale a 89,51% dos que responderam ao questionário, assinalaram que a merenda escolar estava sendo distribuída aos alunos no período de aulas não presenciais;
- 583 (quinhentos e oitenta e três) municípios - 77,42% - informaram que a distribuição de alimentos era uma política universal, ou seja, que não havia um critério discriminatório que destinasse a distribuição de alimentos a parte dos estudantes em detrimento de outra.
- Outros 91 (noventa e um) municípios - 12,08% - informaram que aplicavam algum critério de política alimentar estudantil, a fim de garantir um mínimo de qualidade alimentar a parte da população;
- 91 (noventa e um) municípios - 12,08% -, utilizaram, em sua maioria, como critérios para distribuição de alimentos, cadastros como o do Programa Bolsa Família, o do Cadastro Único do Governo Federal – CadÚnico e dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Considerando que os municípios poderiam assinalar mais de uma opção para a questão em tela, 316 (trezentos e dezesseis) deles - 41,97% - informaram que optaram por entrega dos alimentos nas residências dos estudantes, 606 (seiscentos e seis) - 80,48% - para entrega aos responsáveis com retirada nas escolas, 17 (dezessete) - 2,26% - para entrega aos responsáveis com retirada nos respectivos armazéns e 47 (quarenta e sete) - 6,24% - escolheram outra opção;
- Em termos percentuais, máximos e mínimos, o impacto dos recursos do PNAE na execução de despesas na alimentação escolar correspondeu a “até 25%” em 16% dos municípios que responderam os questionários, enquanto que em 20% deles o impacto “é acima de 75%” dos citados gastos;
- Em termos numéricos, o impacto dos recursos do PNAE no montante de gastos com a merenda escolar foi respondido por 118 (cento e dezoito) municípios, que informaram o impacto em “até 25%”, por 208 (duzentos e oito), com impacto “entre 25% a 50%”, por 134 (cento e trinta e quatro), com impacto “entre 50% a 75%” e 150 (cento e cinquenta), com impacto “acima de 75%”, enquanto que 64 (sessenta e quatro) “não souberam informar”;
- 697 (seiscentos e noventa e sete) municípios, ou seja, 92,56% dos que responderam ao questionário, informaram a obediência às disposições da Lei Federal n. 13.987/2020 e faziam a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica;

- No quesito distribuição de alimentos, em especial sobre a situação dos gastos com alimentos para os estudantes, 165 (cento e sessenta e cinco) municípios - 21,91% - informaram que “reduziram” o volume disponibilizado, 308 (trezentos e oito) - 40,90% “mantiveram”, 211 (duzentos e onze) - 28,02% - “aumentaram”, e 69 (sessenta e nove) - 9,16% - “não souberam informar”;
- Quanto à forma do atendimento à Lei Federal n. 13.987/2019 e suas alterações, 1 (um) município - 0,13% - informou que optou por “voucher”, 689 (seiscentos e oitenta e nove) - 91,50% - por “distribuição de alimentos” por meio de kits e 5 (cinco) - 0,66% por “ambos”;
- Quanto à periodicidade em que se realizava tais repasses aos pais/responsáveis (por “vouchers” ou “ambos”), as respostas aos questionários indicaram que 1 (um) município optou por entregar o valor a cada 60 (sessenta) dias, o outro a cada 90 (noventa) dias, e 4 (quatro) a cada 30 (trinta) dias;
- No que se refere à continuidade dos contratos com os fornecedores do período pré-pandêmico, do conjunto de municípios que responderam ao questionário (753), 680 (seiscentos e oitenta), que representa 90,31% deles, informaram que foram mantidos os referidos contratos.

Subitem 2.8 – Dimensão: Monitoramento e Controle

- 713 (setecentos e treze) municípios, o que representou 94,68% do conjunto que respondeu ao questionário, informaram que estavam sendo aplicados instrumentos de monitoramento que possibilitassem uma análise do nível de aplicação dos estudantes durante as atividades pedagógicas não presenciais;
- Considerando que os municípios poderiam assinalar mais de uma opção, os resultados da averiguação apontaram que, quanto à aplicação de instrumentos de monitoramento, eles informaram que utilizavam os seguintes: 97 (noventa e sete) - 12,88% - “questionário online”, 81 (oitenta e um) - 10,75% - “sistema informatizado de monitoramento”, 468 (quatrocentos e sessenta e oito) - 62,15% - “solicitação periódica de informação aos gestores escolares”, 299 (duzentos e noventa e nove) - 39,70% - “envio periódico de relatório pelos gestores escolares”, 514 (quinhentos e quatorze) - 68,26% - “reuniões periódicas pelos gestores escolares”, e 126 (cento e vinte e seis) - 16,73% - outras ferramentas que não as elencadas nos itens anteriores;
- No que tange ao corpo docente, 720 (setecentos e vinte) municípios - 95,61% - responderam que estavam sendo aplicados instrumentos de monitoramento que possibilitassem uma análise do nível de participação dos professores durante as atividades pedagógicas;
- Considerando que os municípios poderiam assinalar mais de uma opção, no que se refere ao monitoramento do corpo discente foi informado que utilizavam os seguintes instrumentos: 74 (setenta e quatro) - 9,82% - “questionário online”, 78 (setenta e oito) - 10,35% - “sistema informatizado de monitoramento”, 458 (quatrocentos e cinquenta e

oito) - 60,82% - “solicitação periódica de informação aos gestores escolares”, 313 (trezentos e treze) - 41,56% - “envio periódico de relatórios pelos gestores escolares”, 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) - 73,57% - “reuniões periódicas pelos gestores escolares”, e 125 (cento e vinte e cinco) - 16,60% - outras ferramentas que não as elencadas nos itens anteriores;

- 628 (seiscentos e vinte e oito) municípios - 83,39% - afirmaram a existência de um sistema de controle nas ações planejadas para a educação;
- Quanto aos municípios que informaram a existência de um sistema de controle efetivo (628), eles assinalaram que esse controle era feito por profissionais que faziam parte do setor de ensino (ex.: supervisores escolares, diretores escolares, coordenadores pedagógicos, secretário municipal, professores etc.);
- 26 (vinte e seis) municípios - 3,45% - atribuíram, como fator limitador das ações da educação no período da pandemia, a “inexistência ou limitação de equipamentos adequados nas escolas”;
- 29 (vinte e nove) - 3,85% - a “falta de capacitação dos professores para o ensino na modalidade à distância”;
- 476 (quatrocentos e setenta e seis) - 63,21% - a “falta de condições estruturais nos domicílios dos estudantes (internet, computador espaço físico etc.)”;
- 44 (quarenta e quatro) - 5,84% - a “falta ou precariedade do serviço de internet no Município”;
- 3 (três) - 0,39% - a “falta de planejamento e iniciativa por parte dos responsáveis pelo ensino no Município (Prefeito, Secretário de Educação, Diretores de escola, Conselhos etc.)”;
- 125 (cento e vinte e cinco) - 16,60% - a “falta de participação efetiva dos pais e responsáveis dos estudantes”;
- 50 (cinquenta) - 6,64% - a “falta de apoio logístico, financeiro e orientação dos governos estadual e federal”.
- Na análise/julgamento das ações das respectivas secretarias municipais de educação, no tocante ao enfrentamento da crise gerada pela pandemia, as respostas consolidadas indicaram que 157 municípios - 20,84% - avaliaram como sendo “ótimas”, 502 (quinhentos e dois) - 66,66% - como “boas”, 88 (oitenta e oito) - 11,68% - como “regulares”, 5 (cinco) - 0,66% - como “fracas” e 1 (um) - 0,13% - como “péssima”;
- Quanto às ações indicadas como mais acertadas pelas secretarias municipais os respondentes indicaram o início com rapidez do ensino remoto, a capacitação dos professores, o apoio financeiro com aquisição de materiais permanentes, a busca de métodos pedagógicos e acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos, a organização e planejamento dos trabalhos remotos, a entrega de alimentos e das atividades nas residências dos

alunos, a manutenção de todos os profissionais da educação e a criação de orientações seguindo as leis federais e estaduais;

- Dentre as ações reputadas como as menos acertadas, apontou-se dentre as mais reincidentes a falta de internet para os alunos, a demora em dar início às atividades remotas, não ter sido atingido todos os alunos com 100% de qualidade de ensino, não terem sido planejadas as ações com antecedência, não terem sido capacitados seus professores para trabalhar com as mídias digitais, a falta de oferta de atividades e de acompanhamento das crianças da creche (0 a 3 anos) e a ausência de plataforma de ensino.

4 - PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, propõe-se o encaminhamento do presente relatório à Superintendência de Controle Externo para conhecimento e adoção das medidas pertinentes.

Destaca-se que foi elaborada uma matriz de risco específica com as informações mais relevantes dos 753 municípios que responderam ao questionário eletrônico no intuito de subsidiar futuras auditorias no tema, conforme o Anexo 3 (referenciado no apêndice deste relatório).

5 - APÊNDICE

Os Apêndices do presente relatório estão em arquivos digitais na pasta “Apêndice” em \\egito\COORDENADORIA DE AUDITORIA DOS MUNICÍPIOS\FISCALIZAÇÕES - 2021\6) AÇÕES PARA ASSEGURAR O DIREITO À EDUCAÇÃO (REQUISICÃO DE INFORMAÇÕES)\3 Relatório\Apêndice

À consideração superior.

CAM/DCEM, 15 de julho de 2021.

Manoel Madeira de Carvalho Analista de Controle Externo	Paulo Roberto Ferrão Analista de Controle Externo
TC 1052-6	TC 1778-4

Geraldo Magela de Freitas Analista de Controle Externo
TC 1153-1



